

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO**

**O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO E A
ABORDAGEM DAS "TRÊS ÓTICAS": CONTEXTO,
CONCEITOS E A SITUAÇÃO BRASILEIRA**

MAURICIO SILVA DE CARVALHO
matrícula nº: 109093352

ORIENTADOR: Prof. Fábio Sá Earp

DEZEMBRO 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO**

**O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO E A
ABORDAGEM DAS "TRÊS ÓTICAS": CONTEXTO,
CONCEITOS E A SITUAÇÃO BRASILEIRA**

MAURICIO SILVA DE CARVALHO
matrícula nº: 109093352

ORIENTADOR: Prof. Fábio Sá Earp

DEZEMBRO 2013

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor.

Dedico este trabalho aos meus pais, Lícia Nara e Alberto Azemiro, que, além de base e fundamento do meu caminho, são os meus maiores incentivadores por propiciarem a oportunidade para a minha formação como economista e acima de tudo, como pessoa.

AGRADECIMENTOS

À minha família – especialmente, meus pais e minha irmã, Bruna – pela paciência até aqui despendida. Agradeço, ainda, pelo respeito que tanto precisei ao longo dessa caminhada. Indispensável mencionar o carinho e suporte das minhas avós, tias, madrinhas e primos mais próximos. A estes, também, meu agradecimento.

Aos meus amigos de longa data que, sem embargo, muito contribuíram e foram essenciais para minha formação, principalmente, como pessoa. Não cabe fazer menção a todos aqui, mas tenho certeza de que estes saberão a quem me refiro. Agradeço pelo respeito que me foi dado devido minhas ausências durante a realização deste trabalho e de outras tarefas necessárias para a conclusão da minha graduação. Destaco, ainda, entre eles, Luiz Paulo Lyra e Bernardo Nunes, que além de se encaixarem perfeitamente em todas as descrições feitas acima, estavam sempre presentes em diversos momentos da minha trajetória. A todos estes, meu agradecimento.

Ainda quanto aos meus amigos, gostaria de agradecer a todos que participaram, junto comigo, desses quatro anos e meio de graduação. Sem dúvida foram determinantes nas minhas escolhas acadêmicas. Vários seriam os nomes que poderiam ser citados aqui, mas, novamente, insisto em dizer que estes saberão a quem me refiro. Entretanto, não poderia deixar de ressaltar um nome em especial, Gustavo Soares, companheiro de estudos e grande colaborador para a minha construção intelectual durante os longos nove períodos acadêmicos. A todos, a minha sincera gratidão.

Para não cometer nenhuma injustiça, ademais, agradeço a todos aqueles que contribuíram, mesmo que indiretamente, para a construção do meu caráter, da minha pessoa e da formação dos meus ideais. A todos, muito obrigado.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Fábio Sá Earp, pela aceitação do meu pedido de última hora para ser seu orientando e, também, pela total atenção despendida durante nossas conversas. Vale, ainda, destacar as diversas ajudas que recebi do Mestre Paulo César Morceiro, colaborador indispensável deste trabalho por vários motivos, dentre eles, a disponibilidade e atenção despendida durante trocas de e-mail sem ter nenhuma razão para fazê-lo. A estes dois, sou imensamente grato.

RESUMO

Esta obra procura abarcar e organizar as nuances do debate a respeito do processo de desindustrialização, sendo explorado tanto o contexto quanto os conceitos do tema. Devido a complexidade do assunto, aborda-se o método mais robusto das “três óticas” – *emprego, produto e comércio exterior* – para a verificação da ocorrência de tal processo na economia brasileira em dois períodos distintos. O primeiro abrange o ano de 1986 até o ano de 1998. Já o segundo corresponde aos anos 2000 incluindo o ano de 2011. Ressalta-se que essa abordagem só foi realizada, na literatura nacional, por Morceiro (2012) e que, por sinal, é referência para o presente trabalho. Em seguida, realiza-se o diagnóstico no qual se obteve “laudo negativo” para ambos os períodos. Entretanto, tenta-se demonstrar que, apesar deste resultado negativo, a utilização desta metodologia para o caso específico do Brasil pode ser enganosa, já que, mesmo detendo claras vantagens para a consonância do debate, ela pode acabar, paradoxalmente, obscurecendo aspectos preocupantes para a continuação do desenvolvimento socioeconômico do país.

ABSTRACT

This work seeks to embrace and organize the aspects of the debate about the de-industrialization process, with both the context and concepts being explored. Due to the complexity of the subject, it approaches the most robust method of "three optical" - *employment, output and foreign trade* - to verify the occurrence of such process in the brazilian economy in two distinct periods. The first covers the year of 1986 until the year of 1998. The second corresponds to the 2000s including the year of 2011. It is emphasized that this approach was only performed in national literature by Morceiro (2012) and that, by the way, is a reference for the present work. Then, it performs the diagnosis in which was obtained "negative report" for both periods. However, it is sought to demonstrate that, despite this negative result, the use of this methodology in the specific case of Brazil can be misleading, since even holding clear advantages to the accordance of the debate, it might end up, paradoxically, obscuring troubling aspects to the continued socioeconomic development of the nation.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| CAPÍTULO I – O CONTEXTO IMPORTA: AS IDEIAS DO DEBATE..... | 12 |
| I.1 Conhecendo melhor o processo: o caminho “natural” da hipótese dos três setores. | 12 |
| I.2 Por que essa queda na participação industrial seria motivo de preocupação? | 16 |
| CAPÍTULO II – SITUANDO-SE MELHOR NO DEBATE: OS DIVERSOS CONCEITOS E A ABORDAGEM DAS “TRÊS ÓTICAS” | 21 |
| II.1 Das definições e a conceituação das “três óticas”. | 21 |
| II.2 Dos tipos e das causas..... | 26 |
| II.2.1 Das consequências..... | 30 |
| CAPÍTULO III – EXAMINANDO O CASO BRASILEIRO PELA ABORDAGEM DAS TRÊS ÓTICAS EM CONJUNTO: QUAL O SIGNIFICADO DO DIAGNOSTICO ENCONTRADO? | 33 |
| III.1 As três óticas e o debate brasileiro. | 33 |
| III.1.1 As três óticas: 1986 – 1998. | 34 |
| III.1.2 As três óticas: 2000 – 2011 | 41 |
| III.2 Até que ponto importa diagnosticar a ocorrência de um processo de desindustrialização? | 46 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 51 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 54 |

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

| | |
|---|----|
| Figura 1: A hipótese dos três setores | 13 |
| Quadro 1: Sobre a relevância do setor industrial | 17 |
| Quadro 2: Algumas definições de desindustrialização..... | 21 |
| Quadro 3: Alguns tipos e causas de desindustrialização | 26 |
| Quadro 4: Os três modelos | 30 |
| Gráfico 1: Evolução anual do emprego formal da indústria de transformação brasileira entre 1985 e 2010 – em número de empregados (R\$ milhões) e em relação ao emprego formal total (porcentagem)..... | 36 |
| Gráfico 2: Evolução do valor adicionado da indústria de transformação sobre o PIB (porcentagem calculado sobre os preços básico – série corrigida)..... | 37 |
| Gráfico 3: Balança comercial, exportação e importação, 1947 – 2012, em U\$ milhões (correntes)..... | 38 |
| Gráfico 4: Composição das exportações brasileiras por fator agregado de 1964 a 2011 (em porcentagem). | 40 |
| Gráfico 5: Balança comercial, exportação e importação, 1947 – 2012, em U\$ milhões (correntes)..... | 43 |
| Gráfico 6: Balança comercial em categorias de produtos, nos primeiros trimestres desde 1989 até 2011. | 44 |
| Gráfico 7: Participação do valor adicionado da indústria de transformação e do PIB brasileiro no mundo: de 1970 a 2009 (USD\$ constantes de 2005). | 49 |

INTRODUÇÃO

Até meados dos anos 60 do século XX, uma discussão muito presente na literatura era a respeito do processo de "industrialização". Essa discussão era – e continua sendo – importante por que o setor industrial tem características relevantes para o desenvolvimento dos países. Duas entre as várias características são muito significativas, a saber, ser o setor concentrador de progresso técnico e de ser aquele com maior capacidade de alavancar os demais (agricultura e serviço) que, por conseguinte, melhora o desempenho socioeconômico da economia como um todo – tanto via melhoras na qualidade de vida e aumentos salariais como também no aumento do produto interno produto (PIB). Nesse sentido, a posição da manufatura perante os demais agregados é essencial para o avanço dos países. Mais ainda, é essencial tanto naqueles ditos “desenvolvidos” (doravante, PDs) como naqueles ditos “em desenvolvimento” (doravante, PEDs). Em síntese, é relevante compreender e saber qual será o agregado que tomará o papel de indústria como “motor do crescimento”.

Exatamente com essa preocupação, no final do mesmo século – final dos anos 80 - e início do seguinte, a pauta passa a ser o processo contrário, ou seja, o de "desindustrialização". Inicialmente, os estudos nessa área apenas constataavam que havia perda relativa do emprego industrial em relação ao restante da economia (trabalho de Robert Rowthorn e coautores). Não havia muito problema naquele momento, já que a análise foi feita para países desenvolvidos e, portanto, essa queda era acompanhada de aumento de produtividade. Esse fenômeno até então observado apenas nesse grupo de países começou a ser notado, também, em países em desenvolvimento. É a partir desse ponto que começaram a surgir, dentro do debate, dúvidas mais concretas a respeito das vantagens e desvantagens do processo de desindustrialização. Dado que as vantagens da indústria já estavam bem consolidadas, será que o movimento oposto, necessariamente, trará malefícios? O entorno dessa questão fez com que o debate se instalasse. Começou-se a tentar definir melhor o tema, incluindo buscas pelas mais variadas causas que explicassem o processo de desindustrialização. A partir daí, a discussão passa a ganhar conotações distintas. Ao mesmo tempo em que existe a melhora da conceituação de desindustrialização, as idiosincrasias de cada país

analisado e as ideologias de cada autor passam a determinar os resultados da análise. O resultado disso é que os estudos feitos para os mesmos países mostraram-se divergentes dependendo do autor que os tenham feito.

Sendo assim, em certa medida como resposta ao problema acima, a solução foi separar as individualidades e ideologias semelhantes e agrupá-las em determinados conjuntos. A ideia era verificar o processo de desindustrialização, mas, agora, não por uma única visão e, sim, pela análise conjunta de todos os grupos. Isto não torna o debate mais consensual, porém, pelo menos, diminui as divergências. Apesar das claras vantagens de se ter uma definição mais ampla e robusta, um processo que necessite de várias etapas para se tornar válido possui, por outro lado, a desvantagem de “mascarar”, paradoxalmente, o resultado final. Pensemos no seguinte exemplo: para um processo qualquer se tornar válido precisa do cumprimento de quatro condições. Eventualmente, se três condições forem verificadas, o resultado final será negativo já que o processo precisa, necessariamente, para ser tido como válido, do cumprimento de todas as condições. O problema que se coloca é que dependendo da complexidade e importância do processo que estamos examinando (como é o caso do de desindustrialização), o cumprimento da maior parte das condições já é motivo, se não de afirmar a validade do processo, de, no mínimo, preocupação – caso, logicamente, a confirmação da ocorrência de tal processo seja algo considerado prejudicial.

Nesse sentido, o *objetivo geral* desta monografia é explorar ao máximo as nuances do debate. Isto significa dizer que – levando sempre em conta as limitações do presente trabalho - pretendeu-se contextualizar e demonstrar o porquê do tema de desindustrialização ser relevante. Incluindo, ainda, o exame tanto das definições, como das causas, consequências e dos tipos nos quais o atual debate conseguiu alcançar tanto no âmbito da literatura estrangeira como da brasileira. Além disso, demonstramos e conceituamos a análise das “três óticas” – *emprego, produto e comércio exterior*. Cabe mencionar que o método utilizado é baseado em diferentes autores dependendo do termo que se está analisando. Entretanto, a referência central do trabalho é o estudo realizado por Morceiro (2012). Dessa forma, além do método adotado por este último autor, adicionamos

algumas modificações quando necessárias. Mais especificamente, citamos mais três trabalhos que foram a base para as alterações, a saber, Palma (2005), Oreiro e Feijó (2010) e Torres e Silva (2012) – tais referências estão devidamente indicadas ao longo do presente trabalho. Para que fique mais claro, a metodologia utilizada será, exclusivamente, a abordagem das “três óticas” em conjunto. Isso significa dizer que outras formas de abordar o tema de desindustrialização – como investimento, rentabilidade, produtividade, entre outros – não serão exploradas aqui, apesar de ter em mente a importância dessas demais variáveis para o desenvolvimento do debate.

Já o *objetivo específico* é trazer o debate para o caso brasileiro, analisando a ocorrência ou não de desindustrialização para os dois períodos mais discutidos na literatura nacional, a saber, o período de 1986 até 1998 e anos 2000 (incluindo o ano de 2011). Essa avaliação será feita com base na abordagem das “três óticas” em conjunto, algo somente realizado por Morceiro (2012) e entendida como a mais ampla e robusta da literatura. Vale ressaltar que tal estudo deu maior ênfase ao período dos anos 2000 e que, portanto, o período de meados dos anos 80 ainda não foi analisado por tal metodologia – ou seja, o intervalo que abarca o ano de 1986 até o ano de 1998 não foi, até o momento, analisado pela abordagem conjunta das “três óticas”. Ademais, pretendeu-se indicar que, apesar das evidentes vantagens de se possuir uma classificação mais geral, ela, ao mesmo tempo, pode acabar ocultando algumas conclusões, que digamos assim, “ficaram no meio do caminho”.

Além desta introdução, o presente trabalho estrutura-se em três capítulos.

O capítulo I é dividido em duas seções. A primeira (seção I.1) realiza a contextualização do tema, tendo como base a “hipótese dos três setores”. Já a segunda, seção I.2, mostra, brevemente, a importância da indústria para o desenvolvimento socioeconômico dos países e ainda, tenta ilustrar que a sua perda pode vir a ser um grave problema. Cabe a observação de que é a partir desta seção que iniciamos a utilização de quadros explicativos. Método este que será, também, aplicado no capítulo II.

O capítulo II entra, propriamente, no âmbito do debate. Este é dividido em três seções. Na seção II.1 tratamos das *definições* e da explicação das “três óticas”. Aqui adotamos o quadro explicativo realizado por Morceiro (2012) e assim, tanto a literatura internacional como a nacional é abordada. A seção seguinte (II.2) trata dos *tipos* e das *causas* de desindustrialização. A estrutura do quadro explicativo desta seção foi baseado em Torres e Silva (2012), mas, vale a ressalva de que o modificamos de forma significativa. Por fim, a última seção trata das *consequências*. Como estas dependem da visão de determinado modelo econômico, elaboramos, também, outro quadro explicativo. Neste, nos baseamos no trabalho de Palma (2005).

Por fim, O capítulo III realiza a verificação da ocorrência de desindustrialização na economia brasileira pela abordagem das “três óticas”. Aqui, há uma subdivisão. Na subseção III.1.1, tratamos do período de 1986 até 1998 e na subseção seguinte examinamos o período de 2000 até 2011. As conclusões em ambas as subseções foram similares, uma das “pernas” do tripé insistiam em dar um “laudo negativo” para a validação do processo de desindustrialização na economia brasileira. Ora era a ótica do comércio exterior (primeiro período), ora era a ótica do emprego (segundo período). A seção III.2, digamos assim, é o coração deste estudo. Ela pretende responder a seguinte questão (que aliás, também é o seu título): *Até que ponto importa diagnosticar a ocorrência de um processo de desindustrialização?*

CAPÍTULO I – O CONTEXTO IMPORTA: AS IDEIAS DO DEBATE

I.1 Conhecendo melhor o processo: o caminho “natural” da hipótese dos três setores.

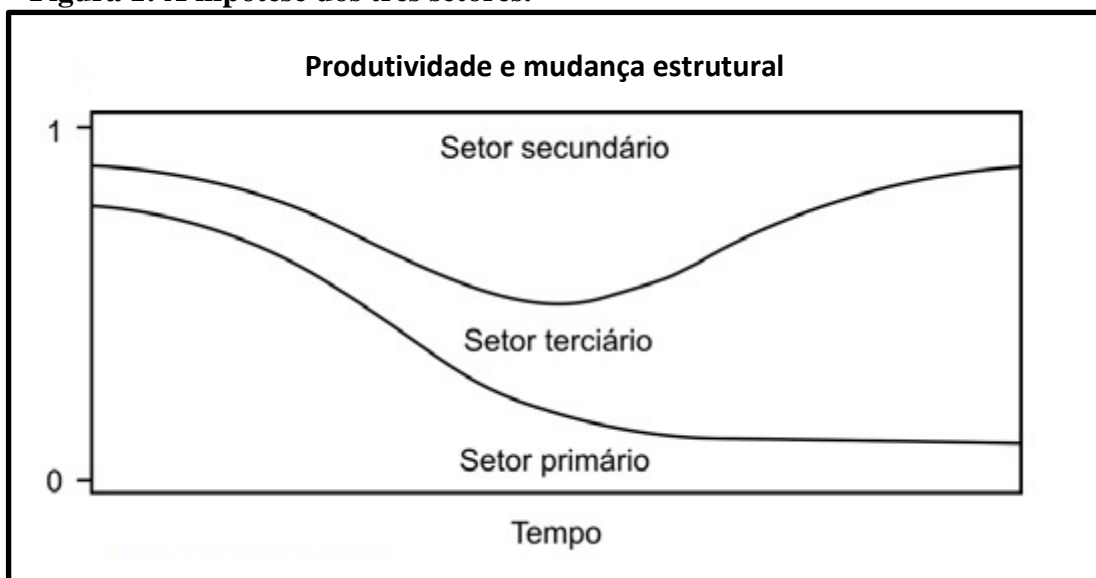
Devido à complexidade do próprio tema de desindustrialização, já seria complicada a tarefa de elucidar tanto as suas definições, como suas causas e consequências. Mais ainda, o assunto é um subtema de outro mais profundo e relevante, a saber, o processo de desenvolvimento econômico. Mesmo com as diferentes vertentes e individualidades do desenvolvimento de cada país, alguns traços gerais são observáveis. Entretanto, antes de avançar, e apesar de que mostrarei os conceitos diversificados na literatura com maiores detalhes nas seções seguintes, gostaria de deixar claro que assim como industrialização não é somente o processo em que a indústria ganha maior peso relativo no PIB (para autores heterodoxos, não seria apenas aumento proporcional, mas também quando a indústria tornar-se o “motor do crescimento”), o termo contrário, o de desindustrialização, de modo similar, não é somente o processo em que a indústria perde participação em relação ao PIB (o que, até o momento, será tratado como o *significado literal* do termo, sendo indiferente a perda de emprego e/ou de produto). Esse breve comentário será muito útil para as análises e conclusões posteriores, pois a discussão – e a riqueza do debate – se dá exatamente pelo fato de o termo desindustrialização ganhar conotações e significados mais amplos.

Não obstante a explicação anterior, nesta seção, utilizaremos o conceito mais simples (o *significado literal*) de desindustrialização. Creio que isso dará uma visão panorâmica do assunto – além de tentar neutralizar as ideologias por detrás das várias definições - e será benéfica para o entendimento posterior quando da apresentação do debate. Sendo assim, retomando a passagem sobre os “traços gerais”, acredito que começando o presente trabalho apresentando-os obteremos a vantagem de manter em mente o porquê de o tema desindustrialização ser um fato com caráter histórico e recorrente na maioria dos países (guardadas as devidas proporções e diferenças). Tal processo vem sendo observado como algo “normal”, ou seja, deverá ocorrer em algum estágio do contínuo caminho de crescimento

econômico. Isso nos permite – ao menos, nos permite tentar – diferenciar a beneficência ou não (positiva e natural de um lado e negativa e precoce de outro) desse processo com a própria definição e mensuração do mesmo. Por ainda ser um tema em aberto, está longe de ser neutro. Normalmente, as crenças e vieses de pensamento de cada autor influenciam até mesmo na questão da existência, quem dirá quanto ao conceito, causa e consequência (é bem verdade que para estes últimos, a divergência entre os autores é menor).

Posto isso, utilizaremos a “hipótese dos três setores” assim como o fez Morceiro (2012) com base em Krüger (2008) para apresentar o caminho comum dos países (pelo menos da grande maioria deles) rumo a um maior nível de bem estar (medido aqui pelo IDH¹) e crescimento (medido como nível de renda per capita). Essa hipótese baseia-se na composição do Produto Interno Bruto (PIB) pelos três agregados setoriais, a saber, agricultura, indústria e serviços – sendo, respectivamente, primário, secundário e terciário. A análise da Figura 1 será feita de forma cronológica. A ideia por detrás dessa imagem é bem simples, porém, elucidativa.

Figura 1: A hipótese dos três setores.



Fonte: Krüger (2008).

¹ Índice de Desenvolvimento Humano

Antes do surgimento dos demais agregados, predomina o setor primário. É neste que se concentra a maior parte da mão de obra e da produção (Krüger, 2008, p.332). À medida que o progresso técnico vai ocorrendo e conjuntamente aos incipientes movimentos rumo às cidades, avança-se no desenvolvimento do setor industrial no ritmo da liberação de mão de obra sendo seguida (com algum grau de retardo) pela produção. É nesse momento que o setor secundário passa a ter maior relevância na composição do produto nacional e no crescimento deste, elevando, assim, o nível de renda – estágio este que ficou denominado como “industrial” e o processo que o gerou como “industrialização”. Com sua capacidade peculiar de “puxar” os demais setores (Hirschman, 1958) e de concentrar – comparativamente - o processo de inovação (Lei de Kaldor-Verdoorn), o crescimento econômico se acelera e com ele, também, o lócus e os hábitos urbanos. Esses últimos são extremamente relevantes para explicar o estágio final (pelo menos no que diz respeito à Figura 1), pois ganham o caráter de necessidade. Isto é, com a parte esmagadora da população vivendo nas cidades – etapa conhecida como “urbanização” - e com os já altos níveis de produtividade e renda alcançados, o tempo disponível (vale dizer, maior tempo aplicável a lazer do que a trabalho, e conjuntamente com os hábitos urbanos, isso significa dizer maior propensão a gastos em serviços como, por exemplo, entretenimento e estética) é muito maior se comparado ao estágio inicial (agrícola) e assim, os serviços demandados por esse novo modo de vida se tornam predominantes – ficará mais claro no próximo capítulo, mas podemos adiantar que a própria elevação do nível de renda aumenta a demanda por serviços, via maior elasticidade-renda da demanda. Este é o último estágio, no qual o setor terciário possuiu a maior parcela de geração do PIB.

Nesse sentido, podemos classificar de forma textual o que está ilustrado na Figura 1. O primeiro estágio se refere ao predomínio da agricultura, seguido pelo industrial e posteriormente, pelo de serviços. Por se tratar de um processo histórico (e, portanto, ser carregado de idiossincrasias), cabe ainda ressaltar que esse processo não ocorreu igual e simultaneamente entre os setores nem mesmo entre os países. Mais ainda, não é igual nem mesmo entre os países desenvolvidos, como Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. Ou seja, mesmo que alguns

países tenham se industrializado antes que outros ou ainda que tenham alcançado a fase terciária (quando predomina o setor serviços) antes que os demais há certamente uma trajetória dominante – e necessariamente nessa ordem: agricultura, indústria e serviço (Kuznets, 1966, cap.3).

Apesar de parecer um processo evolutivo – no sentido de “evoluir para melhor” – gostaria de ratificar a intenção dessa demonstração. A ideia é apenas apresentar o caráter ordinário do significado literal de desindustrialização. Da mesma forma que Morceiro (2012) chamou a atenção para o detalhe de que não necessariamente os países que seguem essa trajetória, ou seja, estarem, atualmente, com o setor terciário predominante terão um nível de bem estar e crescimento superior aqueles que tiverem o setor primário como dominante. O autor ainda prossegue e exemplifica a questão citando os casos de países ditos PDs que detém maior ênfase no setor primário, como Canadá, Noruega e Austrália em contraponto com os países em desenvolvimento, como é o caso de países da América Central onde predominam serviços (principalmente, turismo) ².

Dito isso, o objetivo dessa seção foi o de mostrar que há um padrão em nível internacional – ou seja, um padrão geral – que em certa medida, sem atribuir valores a essa processo, a indústria vem perdendo espaço, mesmo que seja relativo, para o setor de serviços. Agora, a questão que fica pendente para ser respondida no decorrer do presente trabalho é: De que maneira as diferentes formas que os países seguiram essa trajetória influenciaram no desenvolvimento dos mesmos? Dito com outras palavras, os diferentes momentos em que ocorreram as mudanças de um estágio para o outro, principalmente, do segundo (indústria) para o terceiro (serviço) – transição a qual tratamos como desindustrialização no sentido literal – importam para a melhora da qualidade de vida (medida pelo IDH e renda per capita)? Responder a essas perguntas significa entrar mais a fundo no debate e abrir mão do termo literal de desindustrialização até aqui apresentado.

² PDs são os países desenvolvidos – como foi dito na “Introdução” – em que se observa maior nível tanto de renda per capita como de IDH

I.2 Por que essa queda na participação industrial seria motivo de preocupação?

Quando utilizamos a “hipótese dos três setores” para demonstrar a trajetória pela qual os países normalmente passam ao longo do tempo vimos que a nossa preocupação, ou melhor, o nosso foco foi a passagem do segundo para o terceiro estágio – o qual identificamos como desindustrialização literal. Mas para que essa discussão ganhe sentido é necessário olhar para a etapa anterior, a saber, a etapa em que a indústria é predominante. A ideia é bastante simples: se o processo em que a indústria perde espaço para os serviços é motivo de preocupação e discussão tanto em nível acadêmico como em mídia internacional especializada deve ser por que, em certa medida, o momento em que a indústria era dominante – em participação no produto – representava uma etapa relevante. Caso contrário, a perda, mesmo que relativa ou até mesmo pouco expressiva, de participação da indústria, não seria tão discutida como o é atualmente.

Como a literatura sobre a importância do setor industrial é bastante vasta e bem consolidada, e ainda, a exposição com maiores detalhes de tal assunto foge do escopo deste trabalho, a nossa intenção com esta seção é apenas destacar alguns aspectos interessantes e que em certa medida ajudam a responder a questão da sessão anterior – vale transcrevê-la: *De que maneira as diferentes formas que os países seguiram essa trajetória* (da Figura 1) *influenciaram no desenvolvimento dos mesmos?* – e, também, a entender melhor uma das pernas do debate, isto é, a beneficência ou não da desindustrialização (a outra perna seria a respeito da ocorrência ou não de tal processo). Ficará mais claro quando da citação de Hans Singer (apresentada no Quadro 1), mas já podemos adiantar – como resposta - que os países que obtiveram sucesso na segunda etapa, ou seja, quando a indústria predominava, o desenvolvimento da economia como um todo alcançou a chamada “maturidade econômica”³ devido, principalmente, a

³ “Outras formas de entender o sentido da “maturidade econômica” são: 1. “uma situação na qual existe relativamente pouco emprego na agricultura”; 2. “um estado dos negócios em que a renda real por habitante tende ao mesmo nível em diferentes setores da economia”; 3. “o fim de uma economia dual”; 4. “uma situação na qual a oferta de trabalho está exaurida”; e, por fim, 5. “o

complexidade alcançada por aquele setor. Tais países hoje, chamados de PDs, possuem altos índices de qualidade de vida (lembrando, alto IDH e alto nível de renda per capita) em relação aos países em desenvolvimento (PDEs).

Sendo assim, para facilitar o entendimento e a apresentação da questão “a importância da indústria”, elaboramos um quadro explicativo (Quadro 1) que reúne algumas citações de autores envolvidos no tema de “industrialização” e outros, no tema de “desindustrialização”.

Quadro 1: Sobre a relevância do setor industrial.

- "Daí o significado fundamental da **industrialização** para os países novos. Ela não é um fim em si mesma, **mas o único meio de que se dispõe para captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas.**" (Prebisch, 1949, p.48. Grifo nosso)
- "[...] industrialização acelera a taxa de mudança tecnológica por toda a economia." (Kaldor, 1966, p.111-2; 1967, p.21-3)

Vale destacar, ainda, sobre este último autor, nas palavras de Marconi e Rocha (2012, p.856):

- **“Leis de Kaldor”:**
 - a) A significativa correlação positiva entre o crescimento do PIB e o crescimento da produção na indústria. **As economias que crescem mais são aquelas em que há maior crescimento industrial;** (Grifo nosso).
 - b) “A existência de economias de escala estáticas e dinâmicas que estabelece uma relação de causalidade entre o crescimento da produção nas indústrias e o crescimento da produtividade da economia, no sentido do primeiro para o segundo.” E ainda vale esse comentário, “Essa lei também é válida para a agricultura, mineração e serviços, porém, nesses casos a sua intensidade é muito mais limitada.” (Morceiro, 2012, p.30).
 - c) Há uma correlação positiva e forte entre o crescimento da indústria, os serviços que atendem a indústria e o crescimento da produtividade fora da indústria. Tal processo acontece porque, a despeito de outros setores – que têm rendimentos marginais decrescentes –, na indústria, predominam rendimentos marginais constantes ou crescentes. A dinâmica de rearranjo da força de trabalho disponível na agricultura e no setor de serviços para a indústria aumenta a produtividade no setor agrícola e de serviços, de

crescimento com oferta ilimitada de trabalho não é mais possível” (Kaldor, 1968, p.385). Morceiro (2012, p.21)

forma que a produtividade do trabalho na economia aumenta de modo geral.

- "Ademais, **o destaque ao setor industrial deve-se a seu inegável impacto no avanço e difusão tecnológica, produtividade, produção de outros setores e na própria renda per capita** de acordo com Rostow (1956), Kaldor (1966), Furtado (1966), Chenery et al. (1986), Rowthorn e Ramaswamy (1999), Rodrik (2007) e Szirmai (2012)." (Marconi e Rocha, 2012, p.857. Grifo nosso)
- "Desse modo, além de os três grandes grupos de atividades econômicas - agricultura, indústria e serviços - estarem interconectados, o poder de empuxo da indústria é muito mais forte do que nas demais atividades (Hirschman, 1958, cap.6) [...] Em outras palavras, **o poder da indústria de "puxar" outras atividades produtivas é muito elevado**; nos demais agregados setoriais, esse poder é fraco." (Morceiro, 2012, p.26-9. Grifo nosso)
- "**Sendo a manufatura o lócus onde ocorre a maior parte da inovação tecnológica**, uma maior participação da indústria aumenta a produtividade da economia." (Squeff, 2012, p.8. Grifo nosso)
- "Outra característica intrínseca à manufatura é o seu dinamismo intersetorial, expresso pela geração de externalidades positivas facilmente transmitidas ao restante da economia." (*ibidem*, 2012)
- "Trabalhos de Kaldor e Kuznets demonstraram a existência de estreita correlação entre as taxas de crescimento da industrialização e da produtividade, assim como entre a aceleração do crescimento e o deslocamento do fator trabalho, do setor primário, de baixa produtividade, para o industrial, de produtividade mais elevada. Não se deve esquecer, aliás, que a agregação de valor a produtos primários da agropecuária e da mineração se faz geralmente mediante processos industriais, daí se originando denominações como agro-indústria, indústria agro-alimentícia etc." (Ricupero, 2005, p.4)
- "Há diferenças sensíveis entre os vários setores em termos dos respectivos potenciais para o progresso técnico e para o crescimento da produtividade. A importância de estabelecer uma ampla base industrial deriva justamente do grande potencial da indústria para um forte crescimento da produtividade e da renda." (*ibidem*, 2005, p.4).
- "[...] **a industrialização tem que avançar, crescendo mais que os outros setores, elevando sua produtividade, diversificando sua estrutura** - no sentido de implantar os compartimentos de bens de capital e intermediário, contribuindo para a diversificação da pauta exportadora e, se possível, para a melhoria das contas externas." (Cano, 2012, p.2. Grifo nosso).

Mais ainda, como resposta a nossa pergunta anterior, segue

Continua

- **"Não há, na história, nenhum país que se desenvolveu prescindindo de uma generalizada industrialização e de um forte e ativo papel de seu Estado Nacional."** (*ibidem*, 2012, p.2. Grifo nosso).

Cabe complementar com as palavras de Singer (1950, p.477):

"A mais importante contribuição de uma indústria não é seu produto imediato [...] nem mesmo seus efeitos sobre outras indústrias e outros benefícios sociais [...] mas talvez mais ainda seu efeito sobre o nível geral de educação, habilidade, way of life, inventividade, hábitos, estoque de tecnologia, criação de nova demanda etc. **E talvez seja precisamente essa a razão pela qual as indústrias manufatureiras são tão universalmente desejadas pelos países subdesenvolvidos; nomeadamente, porque elas proveem os pontos de crescimento para o aumento do conhecimento técnico, a educação urbana, o dinamismo e a resiliência que vêm com a civilização urbana**, assim como as economias externas marshallianas diretas. Sem dúvida, sob diferentes circunstâncias, o comércio, o plantio e a agricultura de plantation se mostraram capazes de ser tais "pontos de crescimento", mas a indústria manufatureira é insuperável em nossa presente época." (Grifo nosso).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observando o Quadro 1 é possível entender o porquê da discussão ter tomado a dimensão que vemos hoje na literatura. Mais ainda, esse breve arranjo de comentários contidos no quadro acima nos traz a percepção do porquê é relevante estudar e debater as formas possíveis de atravessar as etapas da Figura 1. Na maioria dos países que alcançaram altos índices de qualidade de vida, o setor industrial, em grande medida, foi responsável por tal sucesso. Posto isso, creio que, nesse momento, a compreensão do debate - que será explicado nos próximos capítulos - ficou favorecida. Será mais simples, também, entender a razão para se ter vários indicadores envolvidos na mensuração do processo de desindustrialização relacionados aos pontos pertinentes que foram citados pelos diversos autores do Quadro 1 – como diversificação da pauta exportadora, produtividade, entre outros.

Depois dessa rápida contextualização – seções I.1 e I.2 – passaremos a discutir as diversas *definições*, *causas* e *consequências* da mesma forma que fizeram Oreiro e Feijó (2010) e Morceiro (2012). O método utilizado por esses autores é o mais indicado para se obter uma melhor percepção do debate como um todo, já que, além de ser muito esclarecedor e de o próprio debate ser impreciso, ele ajuda a evitar a confusão com temas e discussões correlatas como "*reprimarização da*

pauta de exportação” e “*doença holandesa*”, que, por vezes, são tratados indistintamente (Morceiro, 2012, p.89).

Por fim, para encerrarmos, vale destacar as seguintes palavras que resumem muito bem a proposta apresentada no presente capítulo:

Há muito tempo, os acadêmicos vêm estudando a transição ou a concentração dos recursos produtivos na economia (Fisher, 1939; Clark, 1940; Kuznets, 1966; Baumol; Blackman, 1989), como a força de trabalho na abordagem dos três setores [...] Em muitos países, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do XX, houve a transição das economias baseadas no setor agrícola para o setor industrial. Essa transição ficou conhecida como “industrialização” em vez de “desruralização”(Singh, 1977, p.114). A preferência pelo primeiro termo se deve à capacidade da indústria de fomentar o crescimento socioeconômico agregado [...] apesar do papel relevante da agricultura no funcionamento da economia. No entanto, quando tratamos da transição recente que vem ocorrendo em alguns países, daquela em que há uma mudança do setor industrial para o de serviços, não a conhecemos por “serviçolização”, provavelmente em conformidade com as características do setor de serviços. (Morceiro, 2012, p.43)

CAPÍTULO II – SITUANDO-SE MELHOR NO DEBATE: OS DIVERSOS CONCEITOS E A ABORDAGEM DAS “TRÊS ÓTICAS”

II.1 Das definições e a conceituação das “três óticas”.

Normalmente, para conseguirmos extrair alguma conclusão de temas não consensuais precisamos buscar por todos os detalhes existentes. Isto também vale para o tema estudado aqui. Porém, a peculiaridade do nosso objeto é que nem mesmo as definições são consensuais. Elas são das mais variadas possíveis contribuindo para resultados absolutamente divergentes. Por conseguinte, essa imprecisão tem evidentes impactos quanto à “validade”, ou melhor, a existência de desindustrialização. Nesse sentido, o que alguns autores vêm tentando fazer é reunir aquelas definições que são mais presentes na literatura e a partir daí, formar grupos de conceitos que, digamos assim, “falem a mesma língua”, ou seja, que adotem a mesma visão sobre o tema. Desse modo, quando se passa a analisar o problema adotando todo esse bloco de definições conjuntamente, isso de fato não acaba com as divergências e imprecisões, mas com certeza, ajuda a diminuí-las e mais ainda, esse método de análise torna as conclusões mais consistentes – ainda que não consensuais.

Posto isso, seguiremos as elaborações de Morceiro (2012) e apresentaremos, em seguida, um quadro explicativo (Quadro 2) que condensa algumas das mais variadas definições encontradas na literatura, tanto internacional como nacional.

Quadro 2: Algumas definições de desindustrialização.

1. Autores Estrangeiros:

Desindustrialização é um “termo que tem muitos significados diferentes, mas através desse trabalho nós o usaremos para denotar **uma queda na participação da indústria**, especialmente a manufatureira, **no emprego total**” (ROWTHORN e WELLS, 1987, p. 5).

“A participação do emprego manufatureiro tem declinado continuamente por mais de duas décadas na maioria das economias avançadas – um fenômeno que é referenciado como desindustrialização” (ROWTHORN e RAMASWAMY, 1999, p. 18).

“Esse artigo define desindustrialização com um declínio secular na participação da manufatura no emprego nacional” (ROWTHORN e COUTTS, 2004, p. 767).

Continua

“Finalmente, vem uma nova fase, na qual o emprego industrial começa a cair, (primeiro em **termos relativos** e depois, ao menos em alguns países, em **termos absolutos**); neste meio tempo, os serviços continuam sendo a fonte principal de absorção de mão-de-obra. Essa fase mais tardia é comumente chamada de fase de “desindustrialização”.” (PALMA, 2005, p. 2).

“O **declínio da participação da manufatura no emprego e no produto total** – um fenômeno conhecido como desindustrialização” (CHANG, 2010, p. 91).

“Ao invés de definir desindustrialização em termos de uma simples dimensão de queda de participação da manufatura no emprego total, assim como na literatura corrente, nós propomos que a desindustrialização poderia ocorrer quando existe um ***declínio sustentado em ambas a participação da manufatura no emprego total e a participação da manufatura no PIB***” (TREGENNA, 2008, p. 459, *itálicos no original*).

“Nós temos definido desindustrialização como um **declínio prematuro do valor adicionado manufatureiro no PIB** sem uma recuperação” (SHAFIADDIN, 2005, p. 17).

“Desindustrialização em países avançados é entendida como um **declínio absoluto ou queda de participação da indústria manufatureira no emprego e produto total** (SINGH, 1987, p. 302).

A “principal contribuição da conferência foi fechar o significado do termo ‘desindustrialização’, sobre isso houve um acordo geral. A questão para preocupação foi a **falha progressiva para alcançar um excesso suficiente de exportações sobre as importações de manufaturados para manter a economia em equilíbrio externo no pleno emprego**” (BLACKABY, 1978, p. 263).

“Falaremos agora sobre a visão de ‘Cambridge’ de desindustrialização. Esta rejeita explicitamente o critério de desindustrialização como uma tendência *doméstica* na manufatura, seja do emprego ou produção, seja em termos absolutos ou como proporção do emprego ou atividade total.” (...) “Desindustrialização pode ser definida por envolver a **ausência de um setor manufatureiro eficiente** [vide definição de SINGH (1977) abaixo de setor manufatureiro eficiente]. Isso coloca ênfase na falha da indústria britânica em manter sua participação **no comércio mundial de manufaturas**, por um lado, e **no aumento da penetração das importações** no mercado britânico doméstico, por outro. Isso pode parecer nada mais do que uma restrição do balanço de pagamentos em uma nova forma, e uma para a qual a desvalorização poderia fornecer o remédio óbvio” (...) No final o autor conclui “uma contração do **emprego industrial é uma questão para preocupação se ele põe em risco nosso eventual poder para pagar as importações** que nós precisamos. A perda de reservas ou o confisco de ativos no exterior poderia ter um efeito similar. A perda de potencial econômico é a questão crucial” (CAIRNCROSS, 1978, p. 17).

E “muito mais importante em uma economia *aberta*, o tão falado fenômeno da desindustrialização pode não ser mais do que um ajustamento normal das condições de mercado doméstico e mundial em mudanças. Nesse aspecto, um propósito importante desse artigo é argumentar que, em uma economia aberta, a questão se a **desindustrialização** pode em algum sentido ser considerada por envolver um ‘mau ajustamento’ estrutural **não pode ser propriamente**

Continua

considerado em termos das características da economia doméstica sozinha.” (SINGH, 1977, p. 134).

“Dado os níveis normais de outros componentes do balanço de pagamentos, nós podemos definir um **setor manufatureiro eficiente** como aquele no qual (correntemente e potencialmente) não somente satisfaz a demanda de consumo doméstica, mas também é capaz de **vender de modo suficiente seus produtos no exterior para pagar as necessidades de importações da nação**. Isso é, no entanto, sujeito a uma restrição importante que *um setor manufatureiro ‘eficiente’ deve ser capaz de alcançar esses objetivos em níveis socialmente aceitáveis de produção, emprego e taxa de câmbio*” (SINGH, 1977, p. 128, itálicos no original). Nesse sentido, “apesar do crescimento da produtividade, existe a evidência de que o setor manufatureiro do Reino Unido está tornando-se crescentemente ineficiente. A evidência sugere um desequilíbrio estrutural, na medida em que a posição comercial do setor manufatureiro na economia mundial continua a deteriorar-se, apesar do aumento na competitividade em custo e em preço. **Desindustrialização é um sintoma ou uma consequência da ‘ineficiência’ ou do desequilíbrio, ao invés de sua causa**” (SINGH, 1977, p. 134).

A desindustrialização é **definida como a intersecção de três conjuntos de fenômenos** que devem manifestar-se em conjunto, para ser legítimo falar de desindustrialização. Segundo esta definição, praticamente admitida por todos os interlocutores preocupados com o debate teórico que o fenômeno deu origem, uma economia encontra-se em desindustrialização se: **durante um período de médio-longo prazo** (uma década ou muitas décadas) se manifesta uma **redução relativa do emprego e do valor adicionado em relação ao emprego e valor adicionado totais; redução acompanhada de dificuldades duradoras no equilíbrio das contas externas** (CORIAT, 1989, p. 37, itálicos no original).

2. Autores Brasileiros:

“Segundo Singh (1987), **desindustrialização é o declínio da produção ou do emprego industrial em termos absolutos ou como proporção do produto ou emprego nacional**.” (ALMEIDA, FEIJÓ e CARVALHO, 2005, p. 4). “A relação VTI/VBPI é um indicador de desindustrialização, quanto menor a relação **mais próximo o setor está de ser uma indústria “maquiladora”** que apenas junta componentes importados praticamente sem gerar valor.” (ALMEIDA, FEIJÓ e CARVALHO, 2005, p. 22).

“Do ponto de vista dos setores da indústria geral, os indícios de desindustrialização de 1996 a 2004 podem ser apontados como: a) A queda na relação VTI/VBPI da indústria quase que ininterruptamente desde 1997. Essa relação indica quanto a produção nacional é intensiva em valor agregado gerado no país. Quanto **menor for essa relação menor o conteúdo nacional na produção interna e portanto maior a desindustrialização**.” (FEIJÓ e CARVALHO, 2007, p. 1).

“Conforme discutido anteriormente, o tema da densidade é central para o debate da desindustrialização. (...) Em síntese, as **mudanças na densidade [ou VTI/VBPI] da indústria brasileira** no período 1996 e 2006 apontam de forma

Continua

inequívoca para um processo de desindustrialização. Em primeiro lugar, tratou-se de um processo **generalizado de esvaziamento** produtivo, e não de um hipotético processo de especialização que compensaria a rarefação de algumas cadeias pelo adensamento de outras.” (COMIN, 2009, p. 153 e 158).

“A motivação deste estudo é a contínua **redução da participação da indústria de transformação no PIB** da economia brasileira observada desde o início da década de 80, fato que configura uma desindustrialização precoce.” (MARCONI e BARBI, 2010, p. 1).

“A motivação deste estudo é avaliar o potencial processo de **desindustrialização precoce no Brasil, ou a redução da participação da manufatura no valor adicionado em um nível** de renda *per capita* que, segundo a literatura especializada, não justifica esse processo.” (MARCONI e ROCHA, 2011, p. 5).

“Com efeito, uma vez aceita a definição usual de desindustrialização como **um processo pelo qual ocorre uma redução da participação do valor adicionado na indústria no PIB e/ou do emprego industrial no emprego total**, torna-se inquestionável que esse processo vem ocorrendo no Brasil, com maior ou menor intensidade, de forma linear ou não, desde o final da década de 1980.” (SOARES et al, 2011, p. 3; OREIRO, 2011, p. 27).

“A desindustrialização pode ser definida como a **tendência de queda da relação entre o valor adicionado na indústria de transformação e o PIB.**” (GONÇALVES, 2011, p. 2).

“Apesar da aparente simplicidade, o conceito de desindustrialização não é unânime entre os analistas. Segundo uma linha de autores, a desindustrialização seria um fator negativo porque, identificado não apenas com a perda de importância relativa da indústria no PIB e no emprego total – que é o entendimento mais usual do termo, inclusive em termos internacionais – produz mudanças indesejáveis nas estruturas de exportação e produção dentro da indústria.” (BONELLI, 2011, p. 9).

“Por fim, estudos recentes a respeito da composição do saldo comercial brasileiro e da composição do valor adicionado da indústria brasileira mostram sinais inquietantes da ocorrência de “doença holandesa”, ou seja, de desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio que resulta da valorização dos preços das *commodities* e dos recursos naturais no mercado internacional.” (OREIRO e FEIJÓ, 2010, p. 231).

Obs. os negritos que não foram explicitamente referenciados são nossos.

Fonte: Morceiro (2012).

Podemos depreender do Quadro 2 - que é uma boa *proxy* para as mais variadas concepções presentes na literatura – três grupos principais de definições. O primeiro é aquele que trata a desindustrialização como perda e/ou declínio da participação do emprego manufatureiro⁴ no emprego total e/ou como declínio

⁴ Aqui, manufatura e indústria remetem ao termo indústria de transformação.

absoluto – chamemos esta de *ótica do emprego*. Já o segundo, trata a desindustrialização não somente como perda de participação do emprego, mas, também, do produto (valor adicionado) no total da economia e/ou como declínio absoluto – chamemos esta, para facilitar, de *ótica do produto*. Antes de elucidar o terceiro grupo, é importante ressaltar que, mais especificamente para o caso brasileiro, majoritariamente, a ótica do produto se refere a desindustrialização como perda do produto industrial em relação ao produto total (valendo ainda tanto a forma relativa como a absoluta). Por fim, o terceiro seria aquele que admite a desindustrialização, diferentemente dos outros dois, como o desaparecimento da capacidade do setor industrial de fornecer à economia as divisas necessárias para pagar as importações de que precisa – isto é, causa algum tipo de “restrição externa”. Define o fenômeno como sendo a perda de participação da indústria nacional em termos da industrial internacional (levando em conta vários fatores, como competitividade e conteúdo importado, por exemplo). Dito com outras palavras, estabelece o conceito de desempenho dos produtos manufaturados no comércio internacional – basicamente, importar *mais* e exportar *menos* manufaturados é o principal sintoma de desindustrialização. Esse grupo ganhou a denominação, na literatura, como a “*visão de Cambridge*” (Morceiro, 2012). Valendo ainda dizer que, apesar de não pertencer exatamente a definição original desta visão, incluiremos aqui os autores que tratam a desindustrialização como a queda da importância da indústria em relação a estrangeira, mas essa, causada por políticas liberalizantes “pró-comércio” - citando autores como Ricupero (2005) e Palma (2005). Por esse motivo que chamaremos esse terceiro grupo de *ótica do comércio exterior* – a razão específica para adotar essa definição é que para o caso brasileiro, diferentemente das majorias dos PDs, essa abordagem de políticas e/ou modelos liberais vêm sendo explorada com bastante frequência.

Tendo feito essa organização, podemos destacar que a ótica do emprego costuma prevalecer nos debates a respeito dos países desenvolvidos – com exceção do Reino Unido que, não por acaso, foi aonde os estudos sobre a região deram origem a “visão de Cambridge”. Já para o caso brasileiro, a ótica do produto costuma ser predominante, apesar de que a ótica do comércio exterior

vem ganhando força nos últimos anos (Morceiro, 2012) – as razões para tal predominância serão exploradas mais adiante, no capítulo III.

II.2 Dos tipos e das causas.

Antes de avançar na análise das três óticas para o caso brasileiro, é importante para o aprofundamento da discussão entender melhor as causas, consequências e tipos de desindustrialização. Por serem sempre relevantes e frequentes, é indispensável uma explicação – mesmo que breve – sobre estes pontos. Porém, gostaríamos de deixar claro que não é a intenção desta seção apresentar todos os detalhes presentes na literatura e sim, de situá-los no debate. Para tanto, elaboramos, como já é de praxe, dois quadros explicativos que condensam, primeiro as causas e os tipos – parecido como fizeram Torres e Silva (2012), porém, um pouco mais amplo – e o segundo, que será mostrado na subseção seguinte (II.2.1), apresenta as consequências⁵. Lembrando que o objetivo é, sempre, tentar organizar as nuances do debate.

Quadro 3: Alguns tipos e causas de desindustrialização.

| Tipo | Definição | Causas |
|---|--|---|
| Desindustrialização "natural" (ou <i>positiva</i>) | Perda de participação da indústria no emprego e/ou no PIB com o crescimento da renda <i>per capita</i> . E ocorre quando esta última está em nível elevado*. | <p>1) <u>O diferencial de produtividade</u>: os ganhos de produtividade causam desindustrialização [...] quando se liberam trabalhadores para outros agregados econômicos.</p> <p>2) <u>A elasticidade-renda da demanda pelos produtos</u>: O próprio processo de desenvolvimento econômico, ao elevar a renda per capita da população, aumenta naturalmente a proporção dos gastos no PIB destinados ao setor de serviços,</p> |

⁵ Para maiores detalhes sobre tipos, causas e consequências ver Morceiro (2012, p.58-77)

| | | |
|--|---|---|
| | | <p>comparativamente ao setor de manufaturados.</p> <p>3) <u>A terceirização e a especialização</u>: muitas atividades que, em décadas anteriores, eram desempenhadas dentro das empresas industriais passaram paulatinamente a ser realizadas fora da empresa industrial [...] Desse modo, as atividades subcontratadas, terceirizadas ou externalizadas da indústria são contabilizadas como serviços, embora continuem fazendo parte da esfera industrial.</p> |
| Desindustrialização "precoce" (ou prematura) | Perda de participação da indústria no emprego e/ou no PIB antes do crescimento da renda <i>per capita</i> ao nível observado nos países que sofrem com desindustrialização natural (normalmente, países desenvolvidos). | <p>4) <u>A doença holandesa ou apreciação intensa e sustentada da taxa de câmbio</u>: entendida como uma desindustrialização causada pela apreciação da taxa de câmbio de um país – sendo esta intensa e suficiente para causar aquela – independentemente da motivação que apreciou a taxa de câmbio.</p> <p>5) <u>A política macroeconômica restritiva ao crescimento e as políticas de cunho liberal</u>: a adoção de políticas econômicas liberais pelos países em desenvolvimento [...] além de contribuir para apreciar a taxa de câmbio – que causa a doença holandesa [...] contribuiu para o arrefecimento da indústria doméstica desses países.</p> |

| | | |
|--------------------------------|---|--|
| | | 6) <u>Os custos sistêmicos e demais custos:</u> as questões sistêmicas que impactam no custo dos produtos (como tributação, infraestrutura de transporte e logística, qualificação da força de trabalho, entre outros) podem afetar negativamente a competitividade da manufatura doméstica e aumentar a presença de bens importados no mercado doméstico. |
| Desindustrialização “negativa” | Similar a definição de “precoce” com a diferença de poder ocorrer independentemente do nível de renda per capita do país. | I. Mescla as demais causas citadas. II. O trabalho eliminado do setor manufatureiro não é absorvido pelo setor de serviços. |
| Subtipos | Definição | Causas |
| Desindustrialização “absoluta” | Queda da participação da indústria – sendo desconsideradas as respectivas causas – em termos do próprio setor (ou seja, por exemplo, declínio do produto industrial em comparação com a própria indústria em algum período anterior e não em relação a outro agregado, como o setor de serviços, ou do PIB) | – |
| Desindustrialização “relativa” | Queda da participação da indústria – sendo desconsideradas as respectivas causas – em termos de outro setor e/ou da economia (ou seja, como exemplo, pode até ser que o emprego industrial tenha | |

| | | |
|--|--|---|
| | <p>crescido, mas se este cresceu menos que o emprego total, podemos dizer que ocorreu desindustrialização relativa). Ou ainda, essa queda da indústria nacional medida em relação a participação que as indústrias dos demais países detêm em suas respectivas economias. Além disso, e o que é o mais usual, relativo no sentido dos indicadores (por exemplo, a composição do setor industrial por faixa tecnológica é uma medida relativa).**</p> | - |
| <p>*Esse “nível de renda per capita” é medido de várias formas na literatura como fez, por exemplo, Palma (2005) e Ricupero (2005). O importante é que esse nível foi alcançado em países desenvolvidos quando de suas respectivas maturidades econômicas. Segundo Morceiro (2012, p.215), diz-se que para que o processo seja “natural” a renda per capita deve ser metade (ou mais) daquela observado nos PDs.</p> <p>**Torres e Silva (2012, p.5).</p> <p>***Todas as <i>causas</i> foram retiradas, integralmente, de Morceiro (2012).</p> | | |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Torres e Silva (2012) e Morceiro (2012).

Sobre o Quadro 3, vale lembrar que os *subtipos* se encaixam nos demais *tipos*. Isto é, por exemplo, uma desindustrialização dita como “natural”, pode ser ou *relativa* ou *absoluta* dependendo do contexto de cada país. O mais presente na literatura é o termo “relativo”, por diversas razões, mas que os detalhes não serão aprofundados aqui. Outro aspecto interessante é que a desindustrialização “natural” ocorre, em sua maioria, em países desenvolvidos. Já a desindustrialização “precoce” realiza-se em países em desenvolvimento. O importante dessa diferença – de tipos de desindustrialização entre PDs e PEDs – para o debate é que para a desindustrialização “natural” costuma-se atribuir um caráter, em certa medida, benéfico para a economia, visto como um sinal de avanço, de progresso. Mas já para a “precoce”, o comum é atribuir a ela um caráter danoso, como algo que prejudique a economia – essa “qualificação” será mais bem explorada a seguir. Cabe comentar que mais recentemente esse tipo de

qualificação (“benéfica” para os PDS e “nociva” para os PEDs) vem perdendo fôlego. Como exemplo, “o *Departamento de Comércio dos Estados Unidos (U. S. Department of Commerce, 2012)* divulgou um documento sobre a importância de o país recuperar parte da competitividade cedida a outras nações devido à perda de participação da indústria no PIB, entre outros fatores” (Morceiro, 2012, p. 41).

II.2.1 Das consequências.

Desde a seção I.1, notificamos que o tema tratado no presente trabalho está inserido em outro muito relevante e de maior magnitude – lembrando que se trata da questão do desenvolvimento econômico. Apesar disso, o tema de desindustrialização vem ganhando importância nos debates acadêmicos espalhados por todo o mundo. Nesse sentido, podemos destacar que discussões a respeito desse “novo” tema vêm despertando interesses entorno de assuntos antigos mas que são chaves para o crescimento econômico e social dos países. As palavras de Palma (2005, p.30) resumem muito bem o que se pretende:

Uma das consequências do processo de desindustrialização foi a reabertura de antigos debates sobre economia: uma unidade de valor agregado na indústria é igual a uma nos produtos primários ou serviços? Isso é verdade, em particular, do ponto de vista do nível e sustentabilidade do crescimento a longo prazo? Este debate ressurgiu porque, embora seja fato bem conhecido que a estrutura do emprego mude consideravelmente no desenvolvimento econômico de longo prazo, mudanças relativas em escala e velocidade que vêm ocorrendo desde os anos 60 na maioria dos países industrializados e em muitos países emergentes de média e alta renda, constituem um fenômeno sem precedentes.

A citação acima é essencial para entendermos o bojo do debate a respeito das consequências do processo de desindustrialização. A seguir analisaremos o Quadro 4 para que a questão fique mais clara.

Quadro 4: Os três modelos.

| Modelo | Característica |
|--------|----------------|
|--------|----------------|

| | |
|------------------------------|---|
| Neoclássico | “indiferente à atividade” e “indiferente ao setor” |
| Novos modelos de crescimento | “específico à atividade” e “indiferente ao setor” |
| Heterodoxo | “específico à atividade” e “específico ao setor” |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Palma (2005).

Conforme o quadro acima, as consequências dependem da vertente de pensamento de cada autor. Ou seja, variam de acordo com as crenças, das quais se destacam três: modelo neoclássico, novos modelos de crescimento e modelos heterodoxos (aqui agrupados os pós-keynesianos, estruturalistas e neoschumpeterianos)⁶.

Primeiro, antes de prosseguir, é preciso destacar que: *“os termos “setor” e “atividade” são empregados, por vezes, como sinônimos.[...] no entanto, é necessário diferenciar os dois conceitos para distinguir a sua utilização em cada uma das três abordagens examinadas. Assim, P&D, educação e capital humano são exemplos de “atividade”, enquanto agricultura, indústria de transformação e serviços são exemplos de “setor” (Palma, 2005,2008)”* (Morceiro, 2012, p.70).

Isto posto e tentando responder a pergunta feita por Palma (2005) enunciada no início da seção, vemos que tanto no modelo *neoclássico* como nos *novos modelos*, a capacidade de ser o “motor do crescimento” não é uma característica peculiar do setor manufatureiro. No primeiro, não importa *“se uma unidade adicional de valor adicionado é gerada na indústria de transformação ou no setor de serviços.”* (Morceiro, 2012, p.71). Já para o segundo, aquela característica citada acima é peculiar, não a um setor específico, mas a uma atividade. Ou seja, a capacidade de dinamizar a economia deriva de atividades como “educação” e não, necessariamente, da indústria. Ao contrário dos demais, para os pensadores dos

⁶ Ver Morceiro (2012, p.42 e 70)

modelos heterodoxos, as consequências da desindustrialização são sempre problemáticas já que restringem o potencial de crescimento da economia – nesse caso, vale as premissas exposta no capítulo I sobre a “importância do setor industrial” (ver Quadro 1).

Portanto, em duas das três abordagens, notamos que as consequências do processo de desindustrialização – assumido aqui como perda de espaço e de importância da indústria, indiferentemente das causas que levaram a isso - dificilmente serão nocivas ao crescimento do país, a não ser que: (i) não ocorra realocação dos recursos produtivos destinados para P&D e capital humano dentro do próprio setor manufatureiro ou para outro setor (abordagem dos “novos modelos”) ou (ii) não ocorra realocação dos recursos produtivos – considerando, agora, todos os recursos e não somente aqueles destinados a atividades, como P&D, por exemplo - para outro setor da economia (abordagem neoclássica). Nesse sentido, a qualificação do processo de desindustrialização como algo “perverso” que inibe o crescimento de médio e longo prazo de uma nação é, em sua grande maioria, um diagnóstico dos modelos heterodoxos.

CAPÍTULO III – EXAMINANDO O CASO BRASILEIRO PELA ABORDAGEM DAS TRÊS ÓTICAS EM CONJUNTO: QUAL O SIGNIFICADO DO DIAGNOSTICO ENCONTRADO?

III.1 As três óticas e o debate brasileiro.

Após termos exposto a literatura sobre o tema (ver capítulo II) cabe, no momento, trazer toda essa conceituação para examinar o caso específico do Brasil. O objetivo será verificar a ocorrência de desindustrialização conforme as três óticas apresentadas – *emprego, produto e comércio exterior* – mas, a metodologia por detrás dessa observação seguirá a forma mais robusta possível de avaliar tal fenômeno. Ou seja, a verificação da ocorrência será feita por meio das três óticas em conjunto – ver a definição de Coriat (1989) no Quadro 1. Para que fique mais claro, por exemplo, um país pode demonstrar evidências de que está sofrendo um processo de desindustrialização tanto pela ótica do emprego como do produto, mas que não oferece tais indícios pela ótica do comércio. Sendo assim, *este país não estará passando por um processo incontestável de desindustrialização* – mesmo que esteja por duas das três óticas. Lembrando que este tipo de análise faz mais sentido quando utilizado para países como o Brasil (PDEs), já que para a maioria dos países desenvolvidos – como vimos anteriormente na seção II.2 – a ocorrência de desindustrialização não ganha um caráter pejorativo, pelo contrário, adquire um caráter “positivo”. Não é atoa que a ótica prevalecente (e na maior parte das vezes, suficiente) é a do emprego, já que a queda deste último normalmente vem acompanhada de progresso técnico – “poupador de mão de obra” – algo considerado benéfico para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Antes de entrar mais a fundo na questão brasileira, vale, ainda, esclarecer dois critérios. O primeiro é que o estudo será feito para o período posterior a 1980, já que é consenso entre os economistas que foi nesse período que o país se industrializou por completo (Giambiagi et. al, 2011, p.135). O segundo diz respeito a demarcação de dois períodos, a saber, de 1986 até 1998 e de 2000 até 2011. Para esta última divisão (dos períodos para análise), nos baseamos em dois motivos específicos: 1. “[...] a literatura brasileira dos últimos dez anos **apresenta**

evidências conclusivas a respeito da ocorrência de desindustrialização na economia brasileira para o período 1986-1998.” (Oreiro e Feijó ,2010, pág. 231. Grifo nosso) e 2. De 2000 até 2011 foi o período escolhido para o estudo de Morceiro (2012) – referência para o presente trabalho e para a abordagem das três óticas no caso brasileiro.

É importante deixar claro que não faz parte do objetivo nem do escopo do presente trabalho realizar um estudo minucioso sobre as características dos agregados econômicos – ou seja, detalhes setoriais, composição tecnológica entre outros - da mesma forma que fizeram, por exemplo, Nassif (2008), Comin (2009), Bonelli e Pessoa (2010) e Morceiro (2012).

Esclarecidos esses pontos, começaremos de forma cronológica, ou seja, com o primeiro período de meados da década de 1980 (subseção III.1.1) e posteriormente, com o segundo, dos anos 2000 (subseção III.1.2).

III.1.1 As três óticas: 1986 – 1998.

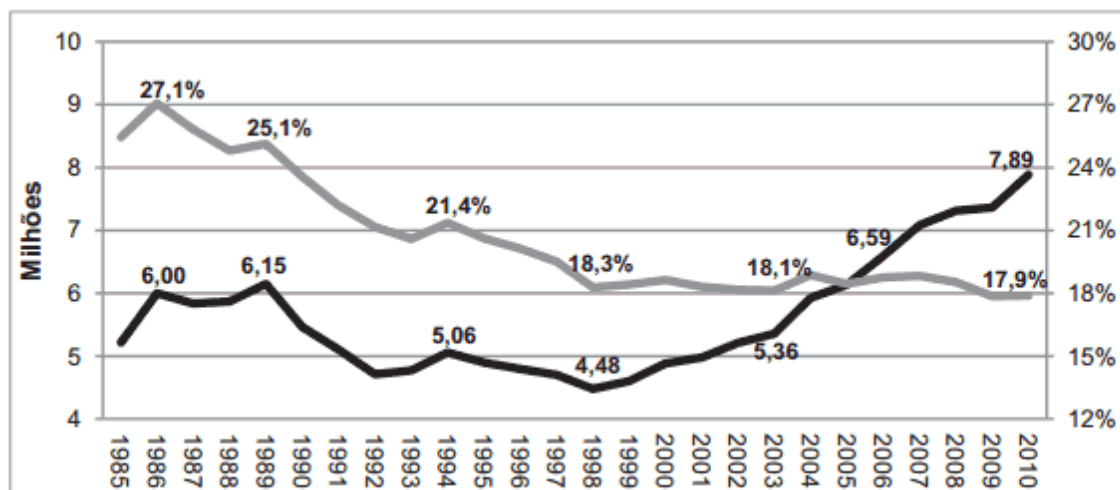
Apesar das discussões específicas sobre o tema de desindustrialização no Brasil ter ganhado identidade própria e se intensificado nos anos 2000, ela começa em meados dos anos 90 inserida como coadjuvante em outros temas como, por exemplo, as consequências das políticas liberalizantes e o de reestruturação industrial (Morceiro, 2012). Nesse sentido, é razoável entender o por quê dos primeiros trabalhos sobre desindustrialização brasileira serem focados nos anos 80 e 90 do século passado.

Mesmo que essa parte na literatura já esteja, de certo modo, consolidada – além da citação de Oreiro e Feijó (2010) que anunciamos no início do capítulo, poderíamos expor também, Almeida et. al (2005) - ela está, ao mesmo tempo, desatualizada. As afirmações e diagnósticos feitos por autores da primeira década do século XXI embasaram suas conclusões em apenas duas das três óticas recorrentes. A saber, utilizaram apenas as óticas do emprego e a do produto.

Nesse sentido, iremos complementar e “atualizar” tais resultados olhando, também, a abordagem do comércio exterior.

Em sintonia com tais autores, podemos observar pelos Gráficos 1 e 2 que, de fato, tudo indica para a afirmação da existência de desindustrialização no período utilizando tanto a ótica do emprego como a do produto. Realmente, a queda do emprego de 9 pontos percentuais é expressiva (Gráfico 1). Em 1986, a participação do emprego industrial em relação ao PIB era algo entorno dos 27% - por sinal, o maior da série - sendo seguido de quedas contínuas até alcançar a faixa dos 18% em 1998. Por outro lado, em termos de números de empregos, no início do período, o país detinha algo na faixa dos 6 milhões, sofrendo um pequeno aumento para 6,15 em 1989 mas, que a partir de então, passa por quedas continuadas até chegar ao montante de 4,48 milhões de empregos no ano de 1998 – ressaltando que é o menor da série. Isto é, há perda, também, em termos absolutos, a saber, um declínio de 2,5 milhões de empregos nas manufaturas ou ainda, um redução de aproximadamente 34%. Nesse sentido, a desindustrialização pela *ótica do emprego* é tanto relativa (queda de 9% em relação ao PIB) como absoluta (desaparecimento de 2,5 milhões de empregos) – lembrando ainda que, nos termos como foi definida aqui, a desindustrialização brasileira é sempre *precoce* dado que o país não conseguiu alcançar nos períodos examinados aquele nível de renda per capita característico dos PDs.

Gráfico 1: Evolução anual do emprego formal da indústria de transformação brasileira entre 1985 e 2010 – em número de empregados (R\$ milhões) e em relação ao emprego formal total (porcentagem).



Nota: Eixos verticais começam em 4 e 12, respectivamente.

Fonte: Morceiro (2012) .

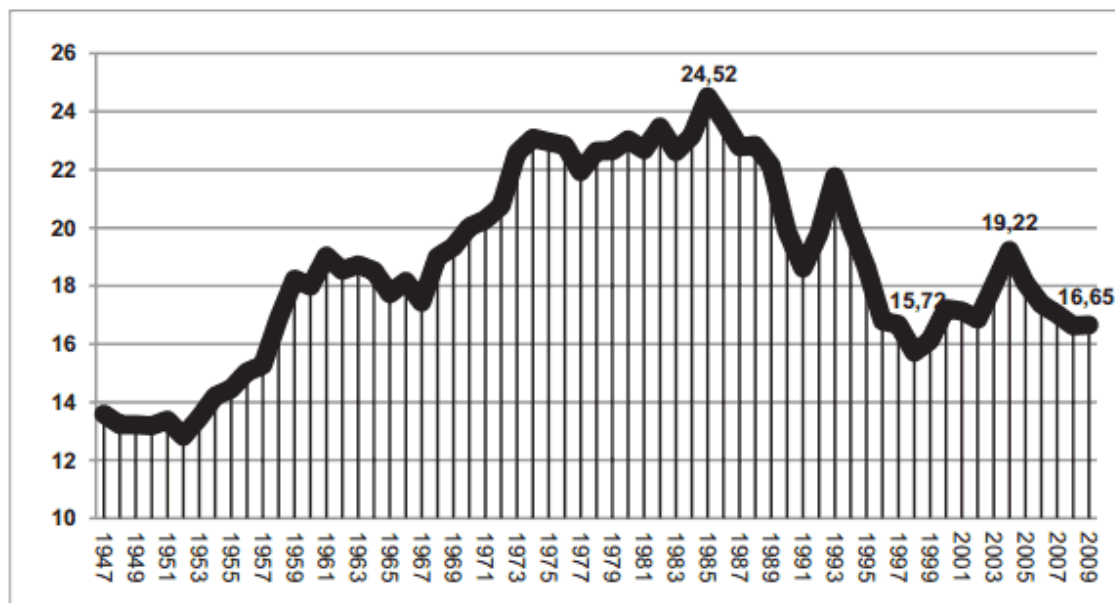
Olhando para a abordagem do produto, podemos chegar ao mesmo resultado anterior. Mas antes de deixar isto claro, vale ressaltar que durante algum tempo a discussão girou entorno da série histórica, similar a esta do Gráfico 2, da trajetória do valor adicionado da indústria em relação ao PIB. Isso gerou várias críticas devido a algumas mudanças metodológicas durante a própria construção da série⁷ o que impossibilitaria a comparação entre os anos – lembrando que outra crítica nessa ótica é sobre o tipo de mensuração, “preços correntes x preços constantes”. Porém, houve avanço na direção de possíveis correções - como a de Bonelli e Pessoa (2010) – e assim, utilizaremos a série corrigida. De fato, não será a mesma que autores como Oreiro e Feijó (2010) e Almeida (2006) utilizaram, mas ainda assim é significativa e manterá os mesmos resultados.

Posto isso, examinando o gráfico abaixo, vemos que a redução da participação do produto industrial em relação ao PIB é impressionante. Ainda mais quando essa queda, de um pouco mais de 8 pontos percentuais, acontece em um período relativamente curto (de 17 anos). Notamos que o percentual de 15,7% atingidos em 1998 é similar aquele da década de 50. Sendo assim, podemos dizer que

⁷ Para explicação sobre a mudança metodológica, ver Morceiro (2012) e Torres e Silva (2012).

“entre 1985 e 1998, houve uma redução de 8,8 pontos percentuais, e, portanto, as evidências reforçam que, nesse período, o Brasil sofreu um processo não desprezível de desindustrialização.” (Morceiro, 2012, p.103).

Gráfico 2: Evolução do valor adicionado da indústria de transformação sobre o PIB (porcentagem calculada sobre os preços básicos – série corrigida).



Nota: Para 1947-1989: sistema de contas nacionais consolidadas; Para 1990-1994: sistema de contas nacionais – referência 1985; Para 1995-2009: sistema de contas nacionais – referência 2000.

Obs.: Conceito utilizado para 1947-1989: a custo de fatores. Conceito utilizado a partir de

1990: a preços básicos.

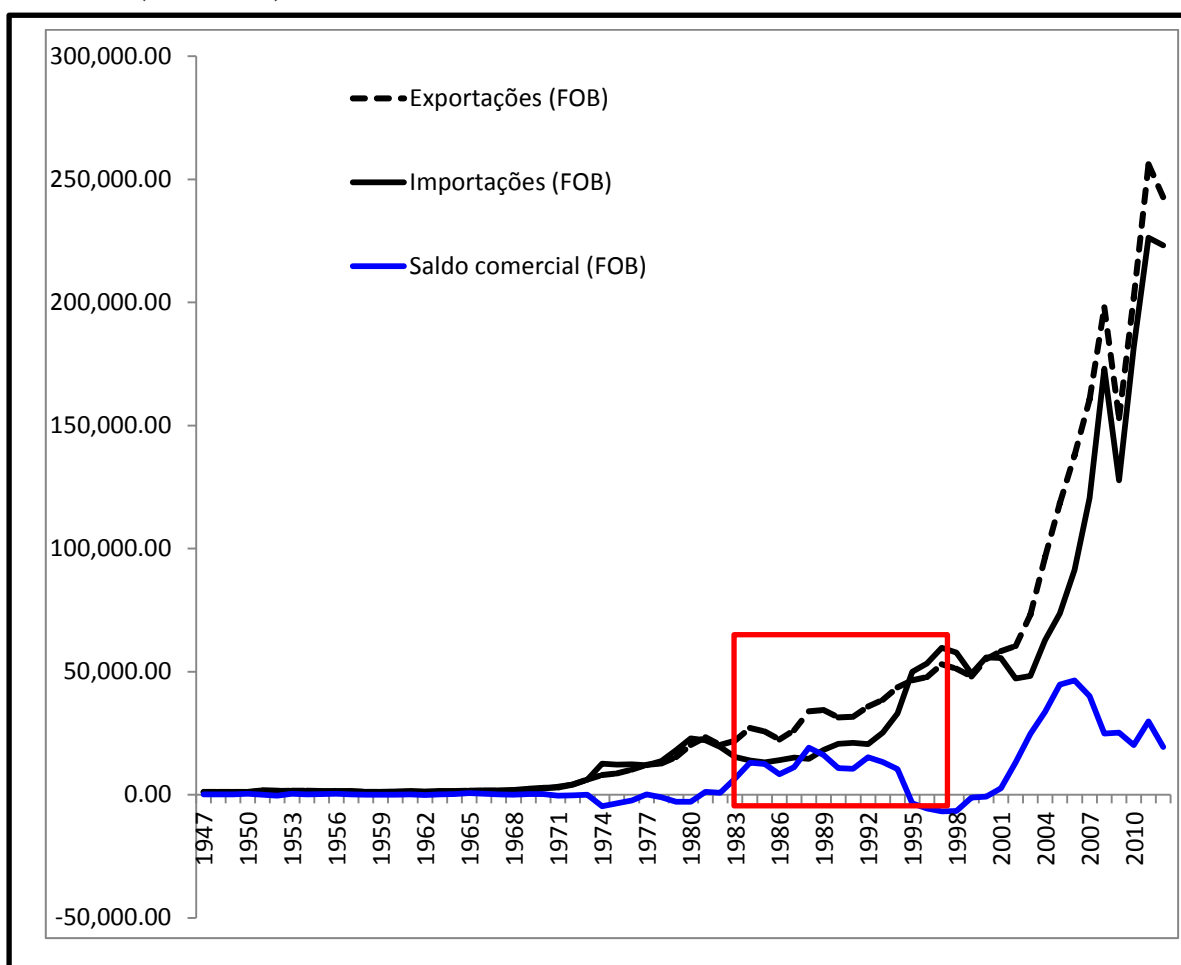
*Para maiores detalhes ver Morceiro (2012, Anexo A.2, p.287)

Fonte: Morceiro (2012).

Diferentemente da ótica do emprego, a desindustrialização pelo valor adicionado desse período ocorreu, mas sendo apenas de forma relativa. A mensuração da forma absoluta não ganhou muita ênfase. As razões para isso podem ser várias, mas destacamos que na literatura internacional, a maior quantidade de trabalhos envolvem os PDs e que por conseguinte, não demonstram perdas absolutas da valor adicionado – como já alertamos, normalmente, a desindustrialização verificada nesses países ocorre por motivos de progresso técnico que elevam a produtividade e produto. Outra razão provável pode ser os problemas de “preços correntes x preços constantes” – assinalado anteriormente -,

já que as variáveis monetárias podem trazer resultados ilusórios devido às variações de preços - mas que mesmo assim, pelo estudo realizado por Morceiro (2012), a queda do valor adicionado no Brasil se mantém quando medido a preços constantes, ainda que menos expressiva, na casa dos 2%. O autor ainda ressalta que isso é incomum, uma peculiaridade “negativa” do caso brasileiro já que nos demais países a redução só ocorre quando medida a preços correntes (Morceiro, 2012, p.48 e p.104).

Gráfico 3: Balança comercial, exportação e importação, 1947 – 2012, em US\$ milhões (correntes).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Ipeadata.

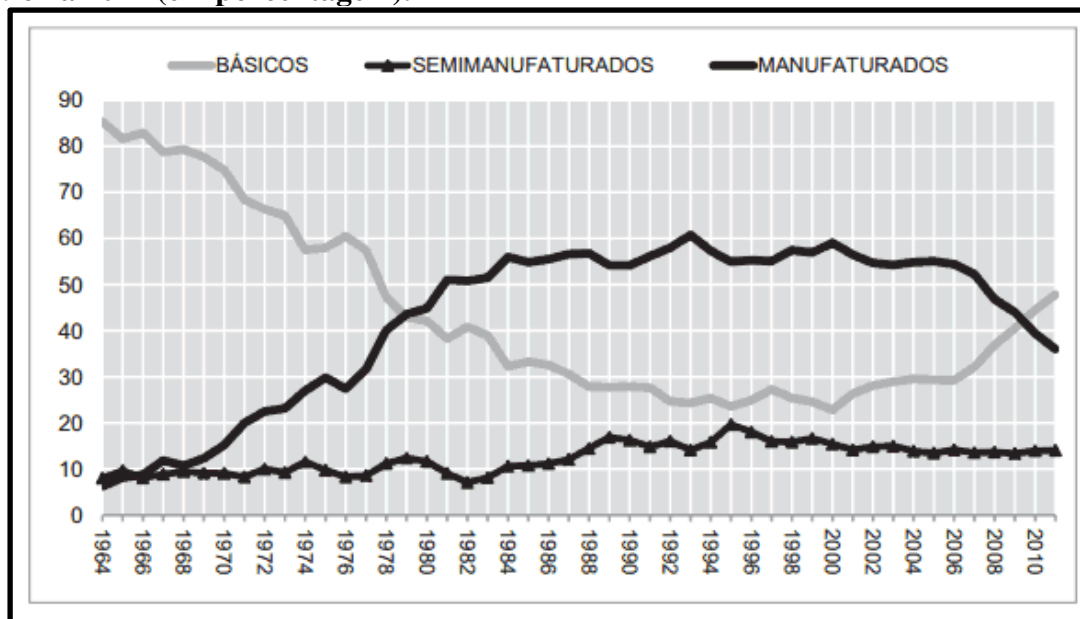
Por fim, examinaremos o período pela ótica do comércio. Vale notar que esta é exatamente aquela que irá “atualizar” os trabalhos no sentido de dar maior robustez as suas respectivas conclusões. Sendo assim, observando o Gráfico 3, entendemos uma das razões do porquê essa ótica não ter sido utilizada. Na maior parte do tempo em questão, a balança comercial apresentou superávit. É claro que este fato não é suficiente para avaliar a existência ou não do processo de

desindustrialização por esta abordagem (ver seção II.2), mas é útil para ilustrar a preferência pelas outras duas. Ademais, conforme explicou Morceiro (2012), o maior foco nessas duas abordagens – emprego e produto - deve ser justificado, muito provavelmente, pelo fato de deterem maior disponibilidade de dados (principalmente devido aos trabalhos de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por exemplo) ⁸.

Para que possamos avançar na atualização, precisamos analisar – mesmo que de forma superficial – a composição de, pelo menos, uma das duas bases da balança comercial. Nesse sentido, o Gráfico 4 nos demonstra que as exportações brasileiras eram compostas, majoritariamente, por produtos manufaturados durante os 13 anos examinados. Mais ainda, sem nenhuma tendência expressiva tanto para a redução dos manufaturados como para o aumento dos produtos básicos. Fazendo um breve parênteses e complementado o resultado das exportações, se observarmos o Gráfico 6, perceberemos que na maior parte do período – nos 10 dos 13 anos analisados – os produtos manufaturados e os “demais produtos” caminharam praticamente juntos. Deste modo, pela ótica do comércio exterior, não temos evidências para afirmar que o Brasil sofreu um processo de desindustrialização nos anos 1986 até 1998.

⁸ Ver Morceiro (2012, p.56)

Gráfico 4: Composição das exportações brasileiras por fator agregado de 1964 a 2011 (em porcentagem).



Fonte: Morceiro (2012).

Para podermos concluir de forma mais ampla e robusta, devemos analisar os resultados das três abordagens conjuntamente. Vimos que tanto pela ótica do emprego como pela ótica do produto há evidências no sentido da desindustrialização – resultado já esperado. Porém, pela ótica do comércio, não temos indícios para confirmar a ocorrência de tal processo. Portanto, conforme a definição sugerida aqui, **o país não sofreu um processo incontestável de desindustrialização no intervalo que abrange desde o ano de 1986 até o ano de 1998 mesmo que duas das três abordagens tenham dado “laudo positivo”**. Resultado que é diferente daquele previsto na literatura. Porém, é inevitável que pensemos no seguinte: Qual é importância dessa diferença? Dito com outras palavras, até que ponto é relevante para o desenvolvimento do país definir a desindustrialização de um modo ou de outro? Existe, de fato, algum problema em se diagnosticar a ocorrência ou não de desindustrialização? Antes de responder a essas questões – que será feito na seção III.2 – analisemos o período dos anos 2000.

III.1.2 As três óticas: 2000 – 2011.

Contrariamente ao que vimos no período anterior, analisando o mesmo Gráfico 1, após o ano de 1998 – que como já foi dito, é o pior desempenho da série – a criação de novos empregos é evidente. Durante todos os 12 anos do período, notamos um crescimento continuado dos empregos formais. É possível notar que depois do desastroso desempenho de 4,48 milhões de empregos em 1998, a indústria brasileira alcançou a faixa dos 7,89 milhões em 2010. Nesse sentido, o aumento foi de aproximadamente 76% (se comparado com o ano de 98), cenário totalmente diferente daquele apresentado durante meados dos anos 80 e início dos anos 90 que, como foi visto, apresentou uma queda de 34% do número de ocupações formais na manufatura. Como um parênteses, vale dizer que só ultrapassamos a faixa dos 6 milhões no ano de 2005, ou seja, demoramos quase 20 anos para recompor o que havíamos perdido. Mesmo assim, pelo fato de termos observado o crescimento do número de empregos, podemos dizer que não se verifica uma desindustrialização absoluta na primeira década dos anos 2000. Além do mais, complementando este resultado e ainda examinando o Gráfico 1, constata-se que a participação do emprego industrial no PIB se manteve constante. Em números, desde 1998, essa participação ficou sempre muito próxima da faixa dos 18%. Como não se nota nenhuma queda nessa relação, a conclusão é que não se verifica uma desindustrialização relativa durante o período. Sendo assim, não há nem um processo de desindustrialização relativa e muito menos, um processo em termos absolutos (notamos que a quantidade de empregos até aumentou).

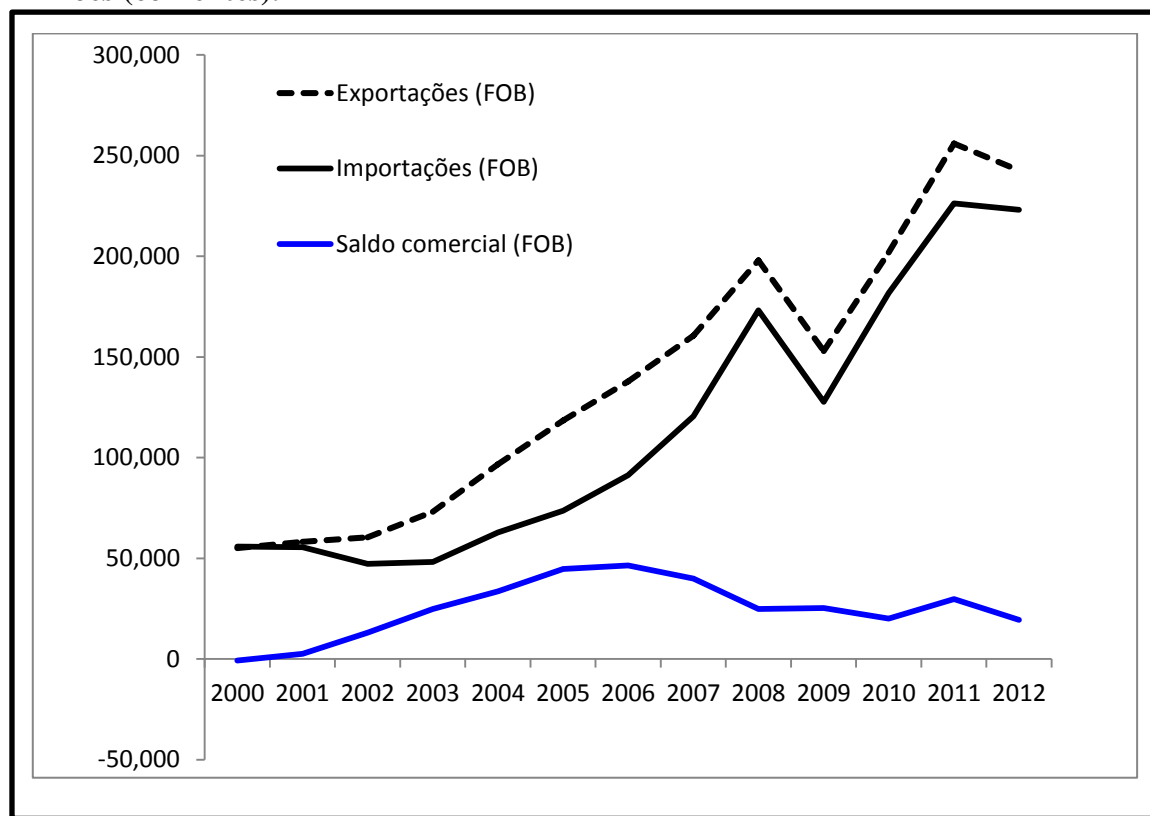
Para a análise pela ótica do produto, recorremos, novamente, ao Gráfico 2. Notamos que abarcando todo o período, a trajetória de queda não é tão linear como foi para o período anterior. De novo, notamos que desde 1998 onde a participação do valor adicionado da manufatura em relação ao PIB – bom lembrar, a preços correntes – estava entorno de 15,5%, apresentou um crescimento contínuo até alcançar a faixa de 19% em 2004 (que, por sinal, é a maior deste período, mas que ainda é inferior aquela dos anos 80). Mas que, a partir deste ano, entrou em um movimento de redução não desprezível até atingir um percentual próximo ao do início do ano 2000, algo entorno de 16%. Em síntese, apesar do

movimento inicial de crescimento nos cinco primeiros anos, a participação da indústria em relação a economia retomou a trajetória de queda até atingir o nível inicial (em 2009), e pelas divulgações mais recentes que não estão presentes no gráfico, a participação manufatureira continuou essa trajetória negativa até alcançar os 15% em 2011⁹. Nesse sentido, para o período com um todo, há evidências que nos permitam afirmar que se verifica um processo de desindustrialização relativa pela ótica do produto. Já que na maior parte do tempo – nos 7 dos 12 anos do período – prevaleceu a tendência de queda, apesar de um aumento significativo no quinquênio 2000-2004.

Certamente, os anos 2000 entrarão para a história comercial brasileira – já que o Brasil é rotineiramente apontado como um exemplo de “país fechado” -, tendo obtido saltos exponenciais tanto das exportações como das importações (vide Gráfico 3). À primeira vista, os expressivos resultados do saldo comercial (com destaque ao maior superávit da história, no ano de 2006) deveriam trazer as mesmas impressões dos anos 80 e 90 analisados na seção passada, ou seja, não deveriam indicar a ocorrência de desindustrialização pela ótica do comércio exterior – recordando que um déficit no saldo comercial pode ser um indício de “restrição externa” e assim, como definimos no capítulo II, pode apontar para a ocorrência de desindustrialização segundo a “visão de Cambridge” - mas, não é isso que acontece.

⁹ *Para o período recente, utilizamos separadamente os dados das contas nacionais trimestrais do IBGE que têm como referência o ano 2000, conforme a revisão realizada pelo IBGE, em 2007, para atualizar a série de participação da manufatura no PIB, até o terceiro trimestre de 2011.* (Morceiro, 2012, p.103)

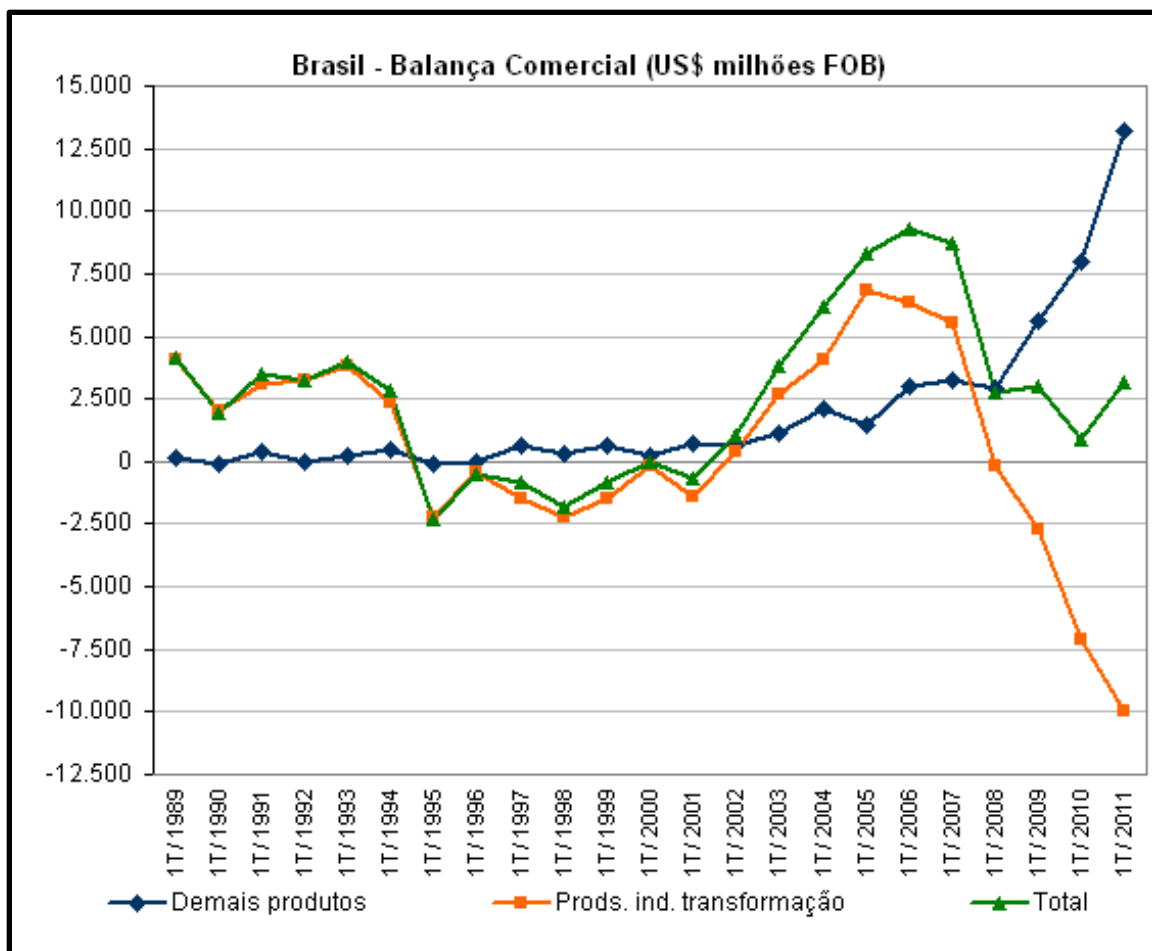
Gráfico 5: Balança comercial, exportação e importação, 1947 – 2012, em US\$ milhões (correntes).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Ipeadata.

Se passarmos a observar, novamente, o Gráfico 4 notaremos que a partir de 2006 há uma evidente alteração nas tendências – vale ainda notar que essa tendência já começa a mostrar sinais de mudanças no início do ano 2000 mas, de forma menos pronunciada que no ano de 2006. As exportações de produtos básicos demonstram uma clara e não desprezível ascensão enquanto que as de produtos manufaturados, no movimento contrário, remetem a uma expressiva descensão. Não por acaso, no ano de 2009, a pauta de exportação brasileira passa a ser composta, em sua maioria, de produtos básicos. Algo que não acontecia desde 1979, ou seja, há mais de 30 anos o Brasil não sabia o que era exportar mais produtos básicos do que industrializados. Nesse sentido, os excelentes resultados na Balança comercial foram nitidamente alcançados pelas exportações de *commodities* (como soja, carne bovina e minério de ferro).

Gráfico 6: Balança comercial em categorias de produtos, nos primeiros trimestres desde 1989 até 2011.



Fonte: MDIC/Secex. Elaboração IEDI.

Para reforçar o resultado acima, o Gráfico 6 apresenta a balança comercial - medida no primeiro trimestre de cada ano, funciona como uma proxy para o desempenho anual - mas, agora, dividida entre duas categorias, uma de manufaturados e outra dos “demais produtos”. Como o saldo é mensurado pela diferença da exportação pela importação, quando se observa um resultado negativo significa que estamos importando mais de um tipo de produto do que o exportando. Desse modo, é fácil perceber que nos últimos quatro anos da série, o saldo positivo foi sustentado pelo desempenho dos “demais produtos” – exatamente como constatamos quando da análise da composição das exportações. Vale, ainda, ressaltar que a balança dos produtos industrializados mostrou-se positiva durante o quadriênio 2002-2005, apesar de que desde então, passou a apresentar tendência à queda. Coincidência ou não, esse resultado favorável

aconteceu, precisamente, quando a taxa de câmbio brasileira estava muito desvalorizada (época da posse do Presidente Lula, período este que causou bastante incerteza) – ressalto esse ponto, já que as discussões recentes sobre desindustrialização estão dando muita relevância para a questão da taxa de câmbio (Morceiro, 2012).

Sendo assim, e concluindo sobre a ótica do comércio exterior, fica evidente que - quando junta-se as análises dos Gráficos 4, 5 e 6 – o país passou por um processo de desindustrialização (*relativa* – por causa das tendências de queda bem definidas dos manufaturados e de subida dos produtos básicos desde o início do período – e também, de forma *absoluta* nos últimos três anos – já que não foi só na tendência, mas também em valor) pela abordagem do comércio exterior, tendo em vista que passou a importar *mais* e exportar *menos* produtos manufaturados.

A fim de expormos o resultado geral da seção, faremos a análise conjunta das três óticas para os anos 2000. Vimos que tanto pela ótica do comércio exterior como pela ótica do produto há evidências no sentido da desindustrialização. Porém, pela ótica do emprego, não temos indícios para confirmar a ocorrência de tal processo, pelo contrário, a participação relativa da manufatura não apresentou redução – manteve-se constante - e mais ainda, o número de empregos aumentou consideravelmente. Portanto, conforme a nossa definição, **o país não sofreu um processo incontestável de desindustrialização no intervalo que abrange desde o ano de 2000 até o ano de 2011 mesmo que duas das três abordagens tenham dado “laudo positivo”**. Resultado similar ao encontrado por Morceiro (2012) – pioneiro nesse tipo de tratamento para o caso brasileiro.

Aparentemente, o Brasil, não passou por um processo de desindustrialização durante os 25 anos analisados aqui. Nos dois períodos, de 1986 até 1998 e de 2000 até 2011, o “laudo positivo” ficou na iminência de ser confirmado. Uma das três pernas do tripé – a saber, *emprego, produto e comércio* - mostrava-se sempre contrária ao resultado obtido pelas outras duas. Nesse sentido, permanece a dúvida, será que esse cenário – onde duas óticas apontam para a ocorrência de desindustrialização – não indicaria para um resultado diferente? Ou seja, até que

ponto o “laudo negativo” no sentido amplo (isto é, a desindustrialização pelas três óticas) é relevante? Questão que será abordada a seguir.

III.2 Até que ponto importa diagnosticar a ocorrência de um processo de desindustrialização?

Aos poucos, essa questão veio sendo respondida ao longo do presente trabalho. Mais especificamente, quando da apresentação das consequências (seção II.2). Verificar que, de fato, está ocorrendo um processo de desindustrialização traria, basicamente, a consequência de limitar, restringir e inibir o potencial de crescimento socioeconômico do país tanto de curto e médio prazo como de longo prazo (e principalmente este último) – cabe lembrar que apesar das diferenças de interpretação de tais efeitos, mesmo para o modelo neoclássico essa restrição se verifica, já que se nenhum outro setor passar a ter o papel da indústria (ou seja, a não alocação eficiente dos recursos produtivos) essas restrições ao crescimento se realizarão.

Entretanto, o que se pretende frisar é o que realmente significa afirmar, atestar ou diagnosticar que esta ou aquela economia está passando por um processo de desindustrialização. Nesse sentido, vale lembrar que terminamos a seção III.1.1 com as seguintes questões: *Qual é importância dessa diferença* (a saber, alguns autores ratificaram no sentido da desindustrialização e que aqui, retificamos)? *Dito com outras palavras, até que ponto é relevante para o desenvolvimento do país definir a desindustrialização de um modo ou de outro? Existe, de fato, algum problema em se diagnosticar a ocorrência ou não de desindustrialização?*

A busca, ou melhor, a própria evolução do debate caminhou na direção da diminuição das divergências em relação aos resultados encontrados – em grande medida, a utilização das “três óticas” é um exemplo disso. Devido a importância política do debate – como foi mencionado acima, a ocorrência de desindustrialização restringe o crescimento -, tentou-se chegar a uma definição, ou ainda, a métodos de mensuração mais robustos que proporcionassem uma redução dos diagnósticos contrastantes realizados para o mesmo país.

Esta evolução se mostra presente desde os escritos de Rowthorn e seus coautores (pioneiros no tema), os quais definiram o conceito de desindustrialização pela ótica do emprego e avaliaram os PDs. À medida que as análises foram se diversificando e ganhando desenvoltura, o caráter histórico do tema começou a se fazer sentir – justificando a própria escolha pela ótica do emprego, já que quando o emprego manufatureiro era comparado com o resto da economia, ele se reduzia independentemente de sua causa (Morceiro, 2012, p.48). Além disso, o aprofundamento dos estudos passou a indicar que diagnosticar um país como “desindustrializado” não era necessariamente algo verdadeiro, ou ainda, algo nocivo. É, então, que novos autores sugerem visões diferentes e/ou complementares, como é o caso de Singh (1987) e Tregenna (2008). Passam a indicar que o processo de desindustrialização é mais bem verificado quando visto por ambos os critérios, tanto da redução do emprego como do valor manufatureiro em relação a economia. Nessa discussão, ainda identificamos aqueles autores que propõem a investigação do setor externo como fator indispensável para diagnosticar a desindustrialização (“visão de Cambridge”). Concomitantemente a este processo de “evolução horizontal” – no sentido de melhora da definição -, o debate passa a se desenvolver “verticalmente”, ou seja, surgimento de vários indicadores para mensuração do processo, além dos desdobramentos para a análise setorial da indústria, por diferentes composições tecnológicas entre outras minúcias. Em síntese, a discussão passa a apresentar um alto grau de detalhamento, que apesar de deixar o diagnóstico significativamente mais robusto, peca em apontar a real situação de determinado país. Esta última afirmação fica mais clara quando tratamos especificamente o caso do Brasil.

Vimos que, aproximadamente ao longo das últimas três décadas, pelo menos duas das três óticas apontavam para a ocorrência de um processo de desindustrialização e em alguns casos, o problema era altamente preocupante, como a queda de 8% da participação industrial de meados da década de 80 para a década de 90 (em um intervalo de 17 anos). Mais ainda, no final desta última década, o percentual ficou próximo daquele verificado na década de 50. Ou seja, é claro que melhorar a definição é sempre importante, mas sabemos que as idiossincrasias dos países devem ser levadas em conta, inclusive na aplicabilidade

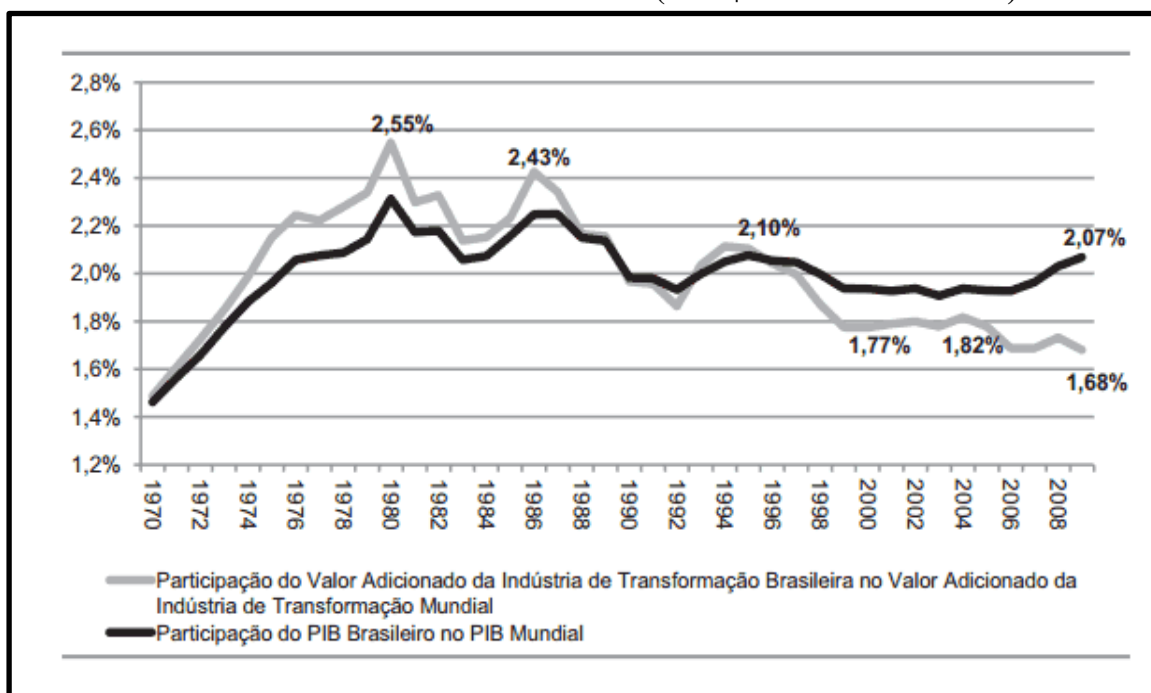
de tais definições. Vários dos recentes estudos que estão sendo feitos sobre o Brasil – que por sinal, muito mais profundos e detalhados do que se foi feito aqui – mostram que a situação não é nada animadora.

Apenas como um dos vários exemplos possíveis de serem enunciados, além daqueles problemas do valor adicionado manufatureiro e a deficiência do mesmo setor em relação ao setor externo vistos na seção III.1, Comin (2009) utilizando o coeficiente de penetração das importações (CPI) e Morceiro (2012) usando um coeficiente similar de elaboração própria, o Ciit (coeficiente importado de insumos comercializáveis)¹⁰, mostram que o país apresentou um processo de esvaziamento produtivo na malha manufatureira, sendo mais intensas nos setores de alta tecnologia (Morceiro, 2012, p.196). Enfatizando essa última afirmativa, Morceiro (2012) ainda elaborou um método para avaliar se a produção manufatureira nacional estava sendo *substituída* ou *complementada* pela produção externa, ou seja, ser substituída significaria dizer ficar próxima de uma indústria “maquiladora” que adicionado muito pouco valor no processo produtivo – ou seja, são indústrias de montagem que tem a característica de pagarem baixos salários e de contribuírem muito pouco para o progresso técnico. Nesse sentido, o maior problema apontado por esse estudo estava nas indústrias de média-alta e alta tecnologia já que “*a produção industrial cresceu 40,4% (muito acima da indústria de transformação), mas quase metade desse crescimento (18,1 pontos percentuais) foi produzido no exterior. Em especial, para os setores de máquinas de escritório e equipamentos de informática (Cnae 30), material eletrônico e equipamentos de telecomunicação (Cnae 32) e outros equipamentos de transportes (Cnae 35), o crescimento foi majoritariamente sustentado pelas importações.*” (Morceiro, 2012, p.211. Grifo nosso). Sendo assim, dito com outras palavras, a indústria brasileira estaria aumentando a sua dependência tecnológica com o exterior ao invés de diminuí-la – ao contrário do que se tentou fazer ao longo dos cinquenta anos de esforço durante o período de industrialização por substituição de importação (1930 a 1980).

¹⁰ Ver o Morceiro (2012), capítulo 3.

Fazendo uma análise comparativa com a manufatura mundial, tendo em vista o Gráfico 7, a indústria brasileira vem, continuamente, perdendo participação na indústria mundial desde meados da década de 80 (confirmando, em certa medida, o que se foi estudo aqui). Em 2008, alcançou a faixa dos 1,68%, algo próximo ao valor que o país detinha na década de 70. Mais ainda, quando comparamos com a própria manufatura do país, “o valor adicionado manufatureiro brasileiro per capita encontra-se estagnado no nível da década de 1980, em torno dos US\$ 700. Ademais, como a sua evolução no período recente foi inferior à mundial, aumentou a diferença entre ambos.” (Morceiro, 2012, p.146). Outra diferença em relação à “tendência mundial” sobre a desindustrialização – além daquela já comentada sobre as evidências tanto em preços correntes como em preços constantes (seção III.1.1) – é que a perda de espaço da indústria não é acompanhada, apenas, pelo ganho de participação do setor de serviços já que o setor primário também ganhou peso (Morceiro, 2012, p.215).

Gráfico 7: Participação do valor adicionado da indústria de transformação e do PIB brasileiro no mundo: de 1970 a 2009 (USD\$ constantes de 2005).



Fonte: Morceiro (2012).

Ainda vale ressaltar que essa perda de participação industrial coincide com o fraco desempenho apresentado pela economia brasileira nos últimos anos – é claro que não se pretende dizer com isso que esse fraco desempenho é causado,

unicamente e essencialmente, pela redução da importância da manufatura. Obviamente que vários outros fatores estão envolvidos.

Enfim, foge do escopo do presente trabalho demonstrar detalhadamente os diversos problemas enfrentados pelo país. O que se pretende é deixar claro que mesmo que não se verifique um processo generalizado de desindustrialização medido pelas três óticas, o cenário atual não é nada animador. E olhando, especificamente, para o setor industrial, dado todas as análises apresentadas aqui, a manufatura brasileira está, no mínimo, “doente”. Nesse sentido, o país ainda se encontra um pouco distante do estágio em que se encontram aqueles denominados desenvolvidos, estágio este que, há décadas, o Brasil vem se esforçando para alcançar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão central deste trabalho é que apesar dos claros benefícios para o debate de se aprimorar as definições e os indicadores para a verificação do processo de desindustrialização, isto, paradoxalmente, para o caso específico do Brasil, acaba “mascarando” os graves problemas que acontecem no país. Isso por que o direcionamento e as conquistas políticas da última década de manutenção de baixas taxas de desemprego - um ganho político e social que dificilmente será alterada mesmo que se mude o partido no poder - acabam por impossibilitar a verificação de desindustrialização pela ótica do emprego, ou seja, dificilmente se conseguirá diagnosticar que o país está passando ou passará por tal processo segundo a definição mais precisa e robusta do termo (a saber, a verificação das três óticas conjuntamente). Dito com outras palavras, a “perna” do emprego dará um “laudo negativo”, invalidando todo o processo. É claro que, se adotadas as outras abordagens separadamente, retornaremos ao ponto inicial dos resultados divergentes, o que, logicamente, não é o pretendido. Sendo assim, uma proposta seria de aprimorar os estudos sobre desindustrialização de forma mais vertical – o que de fato, já está sendo feito por diversos estudiosos, como é o caso do estudo do Morceiro (2012) -, isto é, tentando identificar aqueles setores e atividades que sendo deficientes causam bastante problema para a continuidade do desenvolvimento socioeconômico do país, como é o caso, por exemplo, de defasagens das indústrias de média-alta e alta tecnologia.

Naturalmente que se a verificação de desindustrialização obtiver “laudo positivo” pelas três abordagens em conjunto será motivo de muita preocupação. Ou seja, nas palavras de Morceiro (2012, p.208), uma vez confirmada a desindustrialização da forma mais ampla e robusta possível, tal processo será diagnosticado como irrecuperável ou irreparável.

Como mencionamos no capítulo I, a importância do tema de desindustrialização é indiscutível. Porém, o avanço do debate acabou por torná-lo ainda mais complexo, o que pode ter obscurecido, em certa medida, os seus benefícios. A grande virtude de todo o debate, no nosso entender, é que ele acaba por reavivar temas mais antigos que são altamente relevantes para o contexto do

desenvolvimento de um país – assim, como Palma (2005) havia dito. Um exemplo nessa direção é o trabalho recente – Agosto de 2013 - feito pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) chamado “*Por que reindustrializar o Brasil?*”. Nesse artigo, os autores tentam mostrar que se mudanças significativas na atual política macroeconômica não forem realizadas, o Brasil ainda demorará longos anos (algo entorno de quatro décadas) para atingir as características peculiares do estágio e da alcunha de “país desenvolvido” – no caso, a característica escolhida no estudo foi a renda *per capita*.

Ademais, procuramos, ao longo do presente trabalho, apresentar, de forma mais sintética possível, as nuances do debate. Iniciando com uma breve contextualização (no capítulo I), tentamos elucidar pontos como as definições, causas, consequências e tipos de desindustrialização. Assunto que foi explorado no capítulo II. Em seguida, no capítulo III, buscamos verificar a ocorrência de desindustrialização no Brasil utilizando as três abordagens em conjunto nos dois períodos mais discutidos na literatura nacional, a saber, de meados da década 80 até o ano de 1998 e, num período mais recente, dos anos 2000 (incluindo o ano de 2011). Concluímos que em nenhum dos dois períodos obtivemos um “laudo positivo”, mas sempre com o detalhe de que uma das pernas do “tripé” insistia em seguir o resultado contrário indicado pelas outras duas. Ora foi a *ótica do comércio exterior* (1986-1998), ora foi a do *emprego* (2000-2011). Ainda neste capítulo, mostramos o quanto pode ser perigoso, no caso específico do Brasil, um diagnóstico deste tipo. Uma definição muito completa, no sentido de ter vários critérios para ser validada, pode apresentar a desvantagem de mascarar alguns problemas que são fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Nesse sentido e, para encerrarmos, concordamos – como já dissemos por varias vezes ao longo deste trabalho - que a utilização das três óticas como propôs Coriat (1989) é fundamental para melhor organizar os resultados obtidos. Entretanto, sugerimos o seguinte raciocínio: ao invés da validade do processo de desindustrialização ser confirmado, unicamente, quando as três abordagens em conjunto dão um “laudo positivo” – isto é, tanto pelo *emprego*, como pelo *produto* e ainda, pelo *comércio exterior* a economia analisada mostra sinais inquietantes e

satisfatórios de que esteja ocorrendo um processo generalizado de desindustrialização -, propomos que quando duas das três pernas indicarem para alguma direção, podendo esta ser tanto para o “laudo positivo” como para o “negativo”, isto seja, de modo geral, suficiente para atestar a ocorrência ou não do processo de desindustrialização. Até por que, caso, em uma determinada economia seja verificado as três óticas simultaneamente, a própria literatura já se encarregou em intitular esta situação como “irreparável ou irrecuperável”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. S. G. et al. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** São Paulo: Iedi, 2005. (Mimeogr.).

ALMEIDA, J.S.G. **Política Monetária e Crescimento Econômico no Brasil**. Seminário do PSDB, 16 de fevereiro, 2006.

BONELLI, R.; PESSOA, S. A. **Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia, 2010. (Texto para discussão, 7).

CANO, W. **A desindustrialização no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2012. (Texto para discussão, 200).

COMIN, A. **A desindustrialização truncada: perspectivas do desenvolvimento econômico brasileiro**. Campinas, 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

CORIAT, B.. **Le débat théorique sur la désindustrialisation: arguments, enjeux et perspectives**. Economic Appliquée, t.XLII, n.4, p.33-66, 1989.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Departamento de Competitividade e tecnologia. **Por que reindustrializar o Brasil?**. São Paulo, 2013.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus / Elsevier, 2011. 296 p.

KALDOR, N. **Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

_____. **Problems of industrialization in underdeveloped countries**. Ithaca: Cornell University Press, 1967.

_____. **Productivity and growth in manufacturing industry: a reply**. Economica, v.35, n.140, p.385-391, Nov. 1968.

KALDOR, N. **The case for regional policies**. Scottish Journal of Political Economy, v.17, issue 3, p.337-48, Nov. 1970.

_____. **Further essays on applied economics**. London: Duckworth, 1978.

KRÜGER, J. J. **Productivity and structural change: a review of the literature**. Journal of Economic Surveys, v.22, n.2, p.330-63, 2008.

KUZNETS, S. **Modern economic growth**. New Haven, CT: Yale University Press, 1966.

MORCEIRO, P. C. **Desindustrialização na Economia brasileira no período 2000-2011: Abordagens e indicadores**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 303 p.

MARCONI, N.; ROCHA, M. **Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce – o caso brasileiro.**

Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 853-888, dez. 2012.

NASSIF, A. **Há evidência de desindustrialização no Brasil?** Revista de Economia Política, v.28, n. 1, p.72-96, jan./mar. 2008.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro.** Revista de Economia Política, v.30, n.2,p.219-32, abr./jun. 2010.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas.** Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, ano 3, n.3,p.47-111, set. 1949.

PALMA, J. G. **Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”.** In: CONFERÊNCIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2005, São Paulo. São Paulo: Fiesp, Iedi, 2005.

RICUPERO, R. **Desindustrialização precoce: futuro ou presente do Brasil? Síntese das principais teses e demonstrações do relatório Trade and Development Report 2003.** New York/Geneva: Unctad, 2005.(mimeogr.).

ROWTHORN, R. **Manufacturing in the world economy.** Economie Appliquée, t.L, n.4, p.63-96, 1997.

_____. **Indústria de transformação: crescimento, comércio, e mudança estrutural.** In: CASTRO, A. B. et al. (Org.) O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Campus,1999.

ROWTHORN, R.; COUTTS, K. **Commentary: de-industrialisation and the balance of payments in advanced economies.** Cambridge Journal of Economics, v.28, n.5, p.767-90, 2004.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. **Deindustrialisation: causes and implications.** International Monetary Fund (IMF), 1997. (IMF Working Paper nº 97/42)

_____. **Growth, trade and deindustrialisation.** International Monetary Fund Staff Papers, v.46, n.1, p.18-41, 1999.

ROWTHORN, R.; WELLS, J. R. **De-industrialisation and foreign trade.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SINGER, H. W. **The distribution of gains between investing and borrowing countries.** American Economic Review, v.40, n.2, p.473-85, 1950.

SQUEFF, G. **Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro.** Brasília: Ipea, 2012. 56 p. (Texto para discussão, 1747).

TORRES, R. L.; SILVA, H. C. **Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 40., 2012, Porto de Galinhas. Anais. ANPEC, 2012. p. 1 - 20.

TREGENNA, F. **Characterising deindustrialisation: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally.** Cambridge Journal of Economics, v.33, p.433-66, 2008.